



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**VIVÊNCIAS DA REFORMA AGRÁRIA:  
Os dilemas e o “sonho” da liberdade no Assentamento Zé Marcolino**

José Márcio da Silva Vieira

Campina Grande, maio de 2006.

**VIVÊNCIAS DA REFORMA AGRÁRIA:  
Os dilemas e o “sonho” da liberdade no Assentamento Zé Marcolino**

José Márcio da Silva Vieira

**Monografia apresentada para a  
obtenção do título de bacharel em  
Ciências Sociais, com área de  
concentração em Antropologia, pela  
Universidade Federal de Campina  
Grande.**

**Orientador: Prof. Dr. MÁRCIO DE MATOS CANIELLO**

**Campina Grande, Maio de 2005**



V658v Vieira, José Márcio da Silva.  
Vivências da reforma agrária: os dilemas e o "sonho"  
da liberdade no Assentamento Zé Marcolino. / José  
Márcio da Silva Vieira. - 2006.

84 f.

Orientador: Professor Dr. Márcio de Matos Caniello.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) -  
Universidade Federal de Campina Grande; Centro de  
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de  
Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável  
(CEDRUS).

1. Desenvolvimento rural sustentável. 2. Reforma  
agrária. 3. Assentamento Zé Marcolino - Sumé - PB. 4.  
Mundo rural. 5. Questão agrária - Brasil. 6. Sociologia  
rural. 7. Camponeses. 8. Sumé - PB - Assentamento Zé  
Marcolino. I. Título. II. Caniello, Márcio de Matos.

CDU: 316.334.55(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626



Biblioteca Setorial do CDSA. Novembro de 2022.

Sumé - PB



**AS VIVÊNCIAS DA REFORMA AGRÁRIA:  
Os dilemas e o “sonho” da liberdade no Assentamento Zé Marcolino**

José Márcio da Silva Vieira

**BANCA EXAMINADORA**

Márcio Camello

Prof. Dr. Márcio Camello (Orientador)

João B. Mendonça

Prof. Dr. João Martinho Braga de Mendonça (Examinador)

Ramilton Marinho

Prof. Dr. Ramilton Marinho (Examinador)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
DA RELEVÂNCIA DO TEMA .....	5
DA PESQUISA .....	8
DO CONCEITO DE CAMPONÊS.....	11
<b>I – O “MUNDO RURAL” E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.....</b>	<b>20</b>
ORIGEM HISTÓRICA DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA .....	20
VISÕES HISTÓRICAS DO MUNDO RURAL BRASILEIRO .....	23
O CAMPONÊS COMO CONCEITO POLÍTICO.....	28
AS LIGAS CAMPONESAS .....	31
O ESTATUTO DA TERRA .....	34
<b>II – OS ASSENTAMENTOS E OS SUJEITOS DA REFORMA AGRÁRIA .....</b>	<b>36</b>
ASSENTAMENTOS, ESTADO, MEDIADORES.....	36
A REFORMA AGRÁRIA NO CARIRI PARAIBANO .....	42
<b>III - VIVÊNCIAS NO ASSENTAMENTO ZÉ MARCOLINO .....</b>	<b>45</b>
A CONQUISTA DA TERRA .....	45
A ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS .....	52
O DILEMA DO PARCELAMENTO: AGROVILA OU CASA NO LOTE? .....	56
O TRABALHO COMO VALOR.....	63
O “ANTES” E O “DEPOIS” .....	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>79</b>
<b>ANEXO: FOTOGRAFIAS .....</b>	<b>82</b>

## **Agradecimentos**

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, por tudo que têm feito por mim.

Ao meu irmão, meu melhor amigo.

Ao professor Márcio Caniello, pela orientação e amigável convivência.

Aos professores Ramilton e João Martinho, por comporem a banca examinadora.

Ao PET- Antropologia, pelos inestimáveis conhecimentos adquiridos.

A todos os meus colegas de curso, pelos momentos fraternos.

A todos os funcionários e professores do departamento e da coordenação, pelo apoio.

A todos os meus amigos, por fazerem parte da minha vida.

A todo o povo do assentamento Zé Marcolino, pelo carinho e atenção.

## INTRODUÇÃO

### DA RELEVÂNCIA DO TEMA

De acordo com o discurso neoliberal, o tema da reforma agrária já deveria ter sido superado. Em primeiro lugar, pela tendência ao “esvaziamento” do campo, conseqüência do aprofundamento do processo de urbanização ocorrido a partir de meados do século XX<sup>1</sup>. Em segundo lugar, porque o processo de tecnificação já teria permitido a “verdadeira” revolução agrícola, comprovada pela substancial elevação da produtividade tanto animal quanto de grãos, sendo, para tanto, indispensável o fortalecimento da grande propriedade, já que a pequena propriedade não responderia satisfatoriamente às grandes demandas do mercado. Para corroborar este argumento, enfatiza-se o êxito obtido pelo chamado agro-negócio que, nos últimos anos, vem sendo um dos principais responsáveis pelo *superávit* da nossa balança comercial, a exemplo dos ótimos índices de exportação da soja. Neste sentido, “a reforma agrária seria mais um mito que teria sido destruído pela consolidação do capitalismo na agricultura brasileira” (Moreira, 1997:vii).

Por outro lado, quando analisamos a questão agrária com maior profundidade, observamos alguns aspectos que valem ser lembrados. Por exemplo, a pequena propriedade<sup>2</sup>, quando cultivada no âmbito familiar, de acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responde por 60% da produção de alimentos consumidos no mercado interno, sendo também responsável por cerca de 10% do PIB nacional. Dos 4,8 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros, 4,1 milhões são

---

<sup>1</sup>Em 1950, do total da população brasileira, 63,8% era rural. Atualmente, segundo o Censo 2000, esse número caiu para 18,8%.

<sup>2</sup>Aquelas que possuem até 50 hectares.



familiares, e geram 77% das ocupações no campo<sup>3</sup>. Além disso, o decréscimo da população rural não significa necessariamente o seu desligamento da atividade agrícola. Conforme demonstrou Queiroz (1978), a sociedade brasileira caracterizou-se historicamente pela ausência de uma dualidade marcada entre o campo e a cidade. Como sabemos, uma parcela significativa dos fluxos migratórios que reside nas periferias urbanas ainda encontra no campo a sua principal fonte de subsistência, fato demonstrado pelas levadas de bóias-frias que trabalham, por exemplo, no corte da cana.

Outro dado importante é que, ao contrário de países que já implementaram reformas agrárias radicais, como México, Cuba, Japão e China, o Brasil ainda apresenta alto nível de concentração fundiária. Para se ter uma idéia, ainda de acordo com o MDA, 2,7% dos imóveis rurais dispõem de 57% da área registrada, enquanto 62,2% dos agricultores cultivam apenas 7,9% deste total, sendo que, cerca de 80 milhões de hectares se encontram ociosos, sob domínio de 27.556 proprietários.

Assim, em pleno século XXI, o velho tema da reforma agrária continua na ordem do dia dos problemas brasileiros. De um lado, o persistente domínio da terra sob as mãos de poucos. De outro, a constatação inequívoca de um relevante desempenho econômico e social da terra, quando dividida e distribuída a pequenos produtores familiares. É neste sentido, que a reforma agrária se posiciona no centro do debate nacional sobre a distribuição da riqueza, a geração de emprego e renda, a superação da fome, a redução das desigualdades sociais e regionais, a preservação do meio ambiente (as técnicas utilizadas na pequena produção podem ser menos degradantes) e a construção da cidadania no campo.

A atualidade do tema da reforma agrária também se impõe pela grande repercussão na mídia, a magnitude e a intensificação das ações do MST (Movimento dos Trabalhadores

---

<sup>3</sup> Revista "Terra da Gente." Brasília, Publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, triênio 2003-2005. Janeiro, 2006. p. 3.

urais Sem-terra), movimento social de base socialista-comunista, surgido na década de 1970, sob a bandeira da “luta pela terra e contra o latifúndio.” De acordo com Lebsa (2002), o MST trouxe uma forma completamente nova de reivindicação de seus interesses, promovendo a chamada “territorialização da luta pela terra”, caracterizada pela ocupação de áreas tidas como improdutivas, para pressionar o governo, obrigando-o a desapropriá-las.

Em resposta a essas pressões políticas, que ganharam apoio de outras entidades da sociedade civil, como a Igreja, ONG's, bem como dos partidos de esquerda, observa-se, exatamente a partir da década de 80, com a abertura democrática, o início da consolidação da política nacional de reforma agrária, cuja base está alicerçada na distribuição de parcelas de terras, moradia, assistência técnica etc. em áreas de assentamentos rurais. Hoje, a existência dos assentamentos é um fato que vem alterando o cenário rural brasileiro. “Trata-se de um universo amplo – formado por mais de cinco mil projetos e mais de 500 mil famílias -, bastante diversificado e espalhado por todas as regiões do país” (Leite et al., 2004:11).

Sendo um fato novo e importante na luta histórica pela democratização do acesso a terra, o estudo dos assentamentos se constitui como de imprescindível importância para o conhecimento sociológico das transformações ocorridas no mundo rural. De acordo com Medeiros & Esterici (1994), traz-se para o centro do debate os dilemas e a viabilidade da pequena produção, em um contexto de hegemonia política da grande produção empresarial. Também é colocado no centro das discussões o papel do Estado, seu modo de atuar, as políticas implementadas e os modelos aplicados. E, principalmente, discute-se a inclusão social de milhares de famílias camponesas, marginalizadas por uma secular estrutura fundiária, altamente elitizada e excludente.



referencial teórico e histórico para a fundamentação da justificativa do projeto de pesquisa, definida, por, pelo menos, esta diretriz hipotética principal: a constatação de que, com a implementação da reforma agrária no Cariri paraibano, verifica-se uma tendência de reversão do êxodo rural ocorrido entre as décadas de 1960-1980. Neste sentido, a “volta” dos camponeses às suas terras a partir da década de 1990, propiciada pela implantação de assentamentos da reforma agrária, deve ser considerada como um fenômeno social relevante e, como tal, há a necessidade de se investigar: a) a configuração sociológica desse novo “mundo social”; b) a identificação dos eventuais problemas sociais, políticos e produtivos emergentes dessa nova realidade; c) a identificação das potencialidades sociais, políticas e produtivas inerentes a essa nova realidade.

Foi, então, a partir do contato com esta temática geral, que me ocorreu a idéia de me inserir neste grupo de pesquisa, com fins à produção da minha monografia, fazendo, entretanto, minhas próprias observações empíricas, idéia fortalecida pelo prof. Márcio Caniello, meu orientador.

Desta feita, este trabalho consiste em um exercício etnográfico, realizado no assentamento rural “Zé Marcolino”, onde moram 86 famílias, localizado a 12 km da sede do município de Sumé, microrregião do Cariri paraibano.

De acordo com Geertz (1989), o etnógrafo em seu trabalho enfrenta uma “multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplicitas, e que ele tem que, de alguma forma primeiro apreender e depois apresentar” (Geertz, 1989:20). Portanto, o meu objetivo é analisar e apresentar, sob alguns aspectos, o processo de formação e as vivências (no sentido da percepção dos indivíduos sobre experiências vividas), de um assentamento rural da reforma agrária, a partir dos pontos de vista de seus principais sujeitos - os assentados. Pretendo refletir um pouco sobre o que denomino a

“vida de assentado”, analisando as opiniões, as ações e posturas desses atores diante das situações colocadas por esse particular modo de vida. Portanto, priorizo o método qualitativo, ou seja, procuro interpretar as subjetividades contidas nas falas dos assentados e os significados através dos quais as situações experimentadas são entendidas. Como toda pesquisa social possui um universo muito amplo de possibilidades, procuro limitar-me às seguintes questões específicas: 1) a história da “conquista da terra”; 2) a visão dos assentados em relação à atuação do Estado; 3) a situação de vida atual comparada a anterior. Sendo que, analiso essas questões em relação ao modo como as mesmas eventualmente “afetam” o modo de vida “tradicional” dos camponeses da região.

Dadas as próprias limitações impostas pela pesquisa para a monografia de conclusão da graduação (dificuldades financeiras, de deslocamento etc.) e a brevidade dos prazos, acredito ter alcançado as primeiras especulações, que me poderão ser úteis para trabalhos futuros, mais amadurecidos.

Para a obtenção dos dados empíricos, na tentativa de aproximar-me, como diria Malinowski (1978) do “ponto de vista do nativo” baseio-me no método do trabalho de campo, na observação participante (procedimentos inerentes ao trabalho do etnógrafo), realizados na área do assentamento, em alguns finais de semana, em dezembro de 2005. Foram realizadas dez entrevistas semi-estruturadas, gravadas em fitas cassete, sendo oito individuais e duas coletivas. Além disso, levo em consideração as conversas informais com os assentados, muito reveladoras, talvez por não terem a presença, às vezes constrangedora, do aparelho gravador. Procedi à análise de todas as atas das reuniões da associação dos assentados, desde a sua fundação, em 2002. As atas constituem um interessante registro dos fatos ocorridos no assentamento, tendo a vantagem de serem escritas segundo a interpretação dos próprios assentados sobre as situações vividas.



Também analiso documentos oficiais, instruções normativas, leis, etc; pois os mesmos fazem parte dos processos legais de implantação do assentamento.

Especificamente sobre a estrutura do trabalho, está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, faço um breve histórico do conhecimento produzido sobre o “mundo rural” brasileiro e o surgimento da questão agrária. No segundo capítulo, faço uma contextualização sobre os assentamentos e a reforma agrária no Brasil e no Cariri paraibano. No último, procedo às observações propriamente etnográficas, realizadas no assentamento.

### **DO CONCEITO DE CAMPONÊS**

O conhecimento da questão agrária, em geral, e das realidades dos assentamentos, em particular, só será pertinente na medida em que levar em consideração as características peculiares do principal grupo social por ela afetado – os camponeses<sup>4</sup>. Para os fins deste trabalho, entretanto, não convém uma análise exaustiva que perpassasse todo o longo debate em torno do conceito de *camponês*. Assim, para uma melhor delimitação, apresento, em linhas gerais, os principais elementos que compõem e caracterizam o entendimento do referido conceito, baseado principalmente nos autores clássicos.

Em sua teoria, Robert Redfield (1956), coloca em uma escala tipológica as sociedades simples, os camponeses e as sociedades urbanas. Cada uma destas é vista como

---

<sup>4</sup>De acordo com Weisheimer (2004), a partir dos anos 90, surge o conceito de “agricultura familiar,” que procura dar conta das transformações decorrentes do processo de tecnificação e intensificação das relações de mercado ocorridas até mesmo entre os pequenos agricultores. O termo agricultura familiar é bastante abrangente, englobando os produtores organizados em torno da racionalidade mercantil, a busca por novos mercados, acompanhada por novos padrões tecnológicos e maior dependência do sistema financeiro. No entanto, ainda que regida por esses padrões, permanece a principal característica da unidade de produção camponesa: o trabalho realizado entre os membros da família. É neste sentido que todo camponês pode ser considerado um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar pode ser considerado camponês. Por entender que tais padrões produtivos ainda não se configuram claramente entre a maioria dos agricultores do semi-árido, ou seja, ainda prevalece uma relação parcial com o mercado, sendo a produção voltada principalmente para a subsistência, é que se faz pertinente o uso do termo “camponês.”

possuidora de “um modo de vida específico”, uma “cultura própria.” É a teoria do *continuum folk-urbano*, segundo a qual, existiriam variações contínuas dentro da escala, com as sociedades se aproximando ou se distanciando mais do modelo *folk*, ou seja, baseadas na “tradição” ou mais do modo urbano de vida, caracterizado pela “racionalidade.” Ao estabelecer uma comparação entre os pontos do *continuum*, escreve o referido autor:

A vila camponesa quando comparada com a vila tribal, a cidade pequena quando comparada com a vila camponesa, ou a [grande] cidade quando comparada com a cidade pequena é menos isolada; é mais heterogênea; é caracterizada por uma divisão de trabalho mais complexa; tem uma economia monetária mais completamente desenvolvida; tem especialistas profissionais que são mais seculares e menos sagrados; tem instituições de parentesco e compadrio que são menos bem organizados e menos eficazes no controle social; é correspondentemente menos dependente de instituições de ação impessoal; é menos religiosa, no que diz respeito tanto a crenças e práticas de origem católica como às de origem indígena; apresenta menor tendência a encarar a doença como resultante da quebra de uma regra moral ou meramente de costumes; permite uma maior liberdade de ação e escolha do indivíduo (REDFIELD *apud* OLIVEN, 1996:15).

De acordo com o modelo teórico proposto por Redfield, qualquer comunidade poderia ser localizada em um ponto determinado do *continuum*, sendo que, fatores como o crescimento populacional, a complexificação tecnológica, a expansão dos valores capitalistas e o conseqüente aumento da heterogeneidade, levariam o grupo ao deslocamento na escala, no sentido do pólo urbano. O resultado seria a “destruição” dos laços sociais de parentesco e compadrio, a secularização, o individualismo, a fragmentação dos papéis sociais<sup>5</sup> etc. Assim, ele entende que as comunidades quanto mais próximas do modelo *folk*, tanto mais seriam relativamente coesas e detentoras do “ideal” da harmonia

<sup>5</sup>O modelo proposto por Redfield pode ser reportado às categorias elaboradas por Durkheim (1978): a *solidariedade mecânica* e a *solidariedade orgânica*. A primeira seria uma característica das sociedades pré-capitalistas, nas quais os indivíduos se identificam através da tradição. É uma sociedade teoricamente harmônica porque não há uma divisão do trabalho social. Por outro lado, a solidariedade orgânica caracterizaria as sociedades capitalistas, nas quais, através da divisão do trabalho social, os indivíduos tornam-se dependentes, porém, não pelos costumes, mas pela necessidade que cada um tem da função exercida pelo outro.



social. Os camponeses estariam no ponto intermediário, pois, diferentemente da sociedade simples, se apresentam sintomaticamente integrados à vida social de suas nações. Assim como, ao contrário do modo de vida urbano, não seriam regidos pela lógica capitalista de produção e acumulação. Assim, ele define o campesinato da seguinte maneira:

Chamarei camponês quem tem ao menos estas características em comum: sua agricultura está voltada para a manutenção e é um modo de vida e não um negócio visando o lucro (...) vê-se o camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento (REDFIELD, *apud* WEISHEIMER, 2004:62).

Uma outra forma de abordar a questão é a proposta por Eric Wolf (1976). Para este autor, a caracterização da sociedade camponesa não repousa, como dizia Redfield, no grau de envolvimento exterior por ela mantido, mas, no *caráter* desse envolvimento:

Os camponeses são cultivadores rurais cujos excedentes são transferidos para as mãos de um grupo dominante, constituído pelos que governam, que os utilizam para assegurar seu próprio nível de vida, e para distribuir o restante entre grupos da sociedade que não cultivaram a terra, mas devem ser alimentados, dando em troca bens específicos e serviços (WOLF, 1978: 16).

Desse modo, o produto do trabalho que excede o consumo dos camponeses é apropriado por uma classe de maior poder que, por sua vez, o revenderá para outros setores da sociedade, com lucros. Mas, se os camponeses vendem o excedente da sua produção, então o que os difere de um fazendeiro ou de um empresário agrícola? Para o referido autor, o camponês não realiza um empreendimento no sentido capitalista, pois, “ele sustenta uma família e não uma empresa.” Influenciado pelo pensamento do economista russo Chayanov (1978), para Wolf, a unidade camponesa é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e consumo, onde a atividade doméstica não se separa da atividade produtiva.

O objetivo fundamental da economia camponesa é a satisfação das necessidades de subsistência e não o lucro, sendo que uma de suas principais preocupações é a “coordenação entre suas exigências de consumo e o número de mãos aptas para trabalhar” (Chayanov *apud* Wolf, 1978:30). Entretanto, de acordo com Wolf, o camponês não produz somente o mínimo calórico necessário à vida. Ele necessita produzir também o chamado *fundo de manutenção*, isto é, uma quantidade suficiente de sementes para alimentar os animais e para a safra seguinte. Além disso, a vida humana não se restringe à alimentação, à reprodução, ao abrigo, nem tampouco ao trabalho. Assim, com a venda da outra parte do excedente, o camponês também reserva o chamado *fundo cerimonial*, utilizado para o financiamento da participação na vida *social* da comunidade, como festas tradicionais, casamentos, cultos religiosos, funerais etc. Em momentos de crise, seca, doenças, são estes fundos que os camponeses recorrem, o que caracteriza uma lógica própria de superação do instável equilíbrio de sua subsistência.

O trabalho cooperativo realizado pela família, que retira os gêneros alimentares diretamente do cultivo da terra, é um dos principais elementos que tipificam o modo de vida camponês, sendo a ausência do pagamento em salário aos parentes um fator que opõe diametralmente essa unidade familiar de produção a um empreendimento capitalista. Dizer que a unidade doméstica camponesa é uma unidade de produção, implica em dizer que o camponês é um *produtor*. Assim, de acordo com Sidersky (1991), ele controla, ainda que de maneira reduzida, os meios de produção, organiza o processo produtivo e, conseqüentemente, controla os bens produzidos. “Isso lhe confere uma certa *autonomia*, quando comparado a outros agentes econômicos” (Sidersky, 1991:3). Essa autonomia, que significa algum controle sobre a terra e sobre o que produzir, embora seja relativa, ou muito limitada, é um traço marcante que diferencia o camponês, por exemplo, do assalariado. Este não possui meio de produção algum, sendo obrigado a vender sua



força de trabalho para garantir o próprio sustento. “Quem contrata o assalariado e organiza o processo produtivo é, também, dono do produto” (Sidersky, 1991:3).

No Brasil, particularmente na região Nordeste, os que cultivam autonomamente o seu próprio “pedaço de terra”, denominam-no *sítio*. De acordo com Klaas Woortmann (1990), o *sítio* assume três significados: um primeiro seria uma comunidade de parentesco, um espaço onde se reproduzem socialmente diversas famílias de parentes, descendentes de um ancestral fundador comum. Neste sentido, o *sítio* é um território definido pela descendência e pelas trocas matrimoniais. Num segundo plano, significa uma área de terras trabalhadas por uma família. “O *sítio* é o lugar do trabalho por excelência” (Woortmann, 1990:31). Em terceiro lugar, a mesma palavra designa o conjunto “casa-quintal” aproximando-se seu significado do de “chão de morada.”

Se bem observarmos, em todos os seus sentidos, o *sítio* é o espaço, por excelência, da *convivência familiar e do trabalho*, denotando *sentimentalidade com a terra*, sendo um subespaço, uma circunscrição da zona rural (termo que possui um significado mais geográfico).

A partir dos elementos acima citados, podemos sintetizar o conceito de camponês, tal qual entendido neste trabalho. Aqui, ele será compreendido enquanto portador de um *ethos* cultural. Na teoria antropológica, o termo *ethos* é utilizado para designar as características que resumem os aspectos morais e valorativos entendidos como típicos de um determinado povo, designando aspectos de seu modo de vida. De acordo com Clifford Geertz “o *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético e sua disposição<sup>6</sup>, é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo

---

<sup>6</sup>O conceito de *ethos* elaborado por Geertz, se aproxima muito do conceito de *habitus*, de Pierre Bourdieu (1986). Segundo este autor, “a palavra disposição parece particularmente apropriada para exprimir o que recobre o conceito de *habitus* (definido como sistema de disposições): com efeito, ele exprime, em primeiro lugar, o resultado de uma ação organizadora, apresentando então um sentido próximo ao de palavras tais

que a vida reflete” (Geertz, 1989:143). É neste sentido, que se dá a compreensão do importante conceito para o entendimento da temática camponesa, qual seja, o de *ethos* camponês. De acordo com Caniello (1991), o *ethos* camponês é definido do seguinte modo:

Como todo grupo social diferenciado [os camponeses] se auto-identificam ideologicamente a partir de critérios culturalmente construídos. Portanto, ao lado daquela lógica não capitalista de organização da produção, constrói-se uma *identidade camponesa* pautada principalmente pela elaboração simbólica da prática social. Pode-se dizer que os camponeses se identificam enquanto tais em *contraste* aos grupos não camponeses capitalistas a partir de um *signo de referência* privilegiado dentre todos que eles vivenciam: a relação não mercantil com a terra e com o trabalho. A articulação entre a prática social e sua organização e a identidade é o que denomino aqui de *ethos* camponês, seu modo de vida e sua concepção sobre ela (CANIELLO, 1991: 304. *grifo do autor*).

Desta feita, tomamos o camponês como portador de uma peculiar “maneira de ser”, um “saber próprio” que lhe confere uma identidade. Esta tipicamente caracterizada por uma relação de profunda identificação com a terra, que não é vista como uma simples propriedade, como uma mercadoria, mas como o lugar, por excelência, “de vida, de trabalho e de morada.” De acordo com esta visão, a terra possui um valor simbólico intrínseco, “é ela quem alimenta”, conjugando a tradição das relações de parentesco, com uma noção valorativa do trabalho, entendido não como a exploração da natureza com fins à reprodução do capital, mas à reprodução do grupo familiar.

Por outro lado, de acordo com Sidersky, é muito tênue a linha que separa a autonomia camponesa de sua completa *subordinação*. Por possuir, por mínima que seja, uma relação com o mercado e, conseqüentemente, com a sociedade envolvente (Mendras, 1978), os camponeses estão sujeitos a uma série de limitações que lhes fragilizam o acesso aos meios de produção, interferindo na organização do processo produtivo e alterando seu

---

como estrutura; designa, por outro lado, *uma maneira de ser, um estado habitual* (em particular do corpo) e, em particular, *uma predisposição, uma tendência, uma propensão ou uma inclinação*” (Bourdier, 1986:61).



modo de vida. Essas não raras interferências vão desde a determinação dos preços da produção pelo mercado até, o que é mais grave, a separação total entre o camponês e seu bem mais precioso – a terra. Esta separação ocorre quando uma classe mais poderosa passa a ter domínio sobre áreas cada vez maiores, concentrando-as, seja através de herança, compra, “grilagem”, expropriação etc. A perda de seu principal meio de vida, pode fazer desaparecer a unidade camponesa, restando apenas a opção do assalariamento, do arrendamento e do êxodo rural.

Essa relação de subordinação se apresenta sob diversas formas e denominações, variando de lugar para lugar. Tomando como exemplo um caso específico, podemos citar, entre outras categorias, a “meia” e a “terça”, duas formas de parceria muito comuns, principalmente no Nordeste brasileiro. O proprietário cede apenas a terra e, eventualmente, os insumos, sendo que o parceiro entra com o trabalho e as ferramentas, e é obrigado a pagar àquele com a metade ou a terça parte, respectivamente, do que foi produzido. Já o arrendatário é o agricultor familiar que arrenda (aluga) uma terra por um preço fixo combinado, que pode ser pago em dinheiro ou produto. Outra categoria, o trabalhador “alugado”, que, na verdade, já é um assalariado, caracteriza-se por prestar serviços agrícolas ao proprietário, recebendo pagamentos, geralmente semanais. Os chamados “posseiros”, por sua vez, são agricultores que ocupam determinadas terras, a princípio, “sem donos”, desde várias gerações, sendo as mesmas, no entanto, reivindicadas e “tomadas” por grandes proprietários, obrigando-os a se colocarem a seu serviço ou expulsando-os definitivamente. Um outro regime de parceria tipicamente do Nordeste brasileiro é a que ocorre com a figura do “morador.” Este é caracterizado por uma relação de completa dependência e subordinação ao proprietário, uma vez que, não apenas trabalha, mas também *vive* e cria sua família, “debaixo de ordens”. O alto grau de sujeição do

morador, devido à disponibilidade total de seu tempo para o fazendeiro, já foi enfatizado por um pesquisador dessa temática:

Uma relação que se caracteriza pela disponibilidade do tempo ao patrão é a negação mesma da temporalidade que supõe a agricultura... o morador é exclusivamente da propriedade; os rendeiros e meeiros só vão à propriedade para realizar o serviço que desejam e quando querem. Os últimos são soltos porque o controle do tempo das atividades dos grupos domésticos é atributo apenas do pai de família... o que marca a sujeição... é a situação de disponibilidade da pessoa do morador, que atinge até mesmo o grupo doméstico (GARCIA Jr. *apud* WOORTMANN, 1990:44).

Desta feita, a dupla face autonomia/subordinação permeia historicamente as condições de vida dos camponeses. As interferências da sociedade envolvente, muitas vezes, implicam na alteração do modo “tradicional” como os mesmos obtêm suas condições materiais de existência, transformando-os, em última análise, de produtores autônomos em meros trabalhadores explorados.

Entretanto, ainda que sofra o constante risco de ser completamente absorvido pela proletarianização, o campesinato tende a utilizar estratégias de permanência, conforme demonstraram Moreira & Targino (1977). Esta tese pode ser ilustrada pelo exemplo histórico da implementação da cotonicultura, a partir do final do século XVIII até meados do século XX, no Cariri paraibano. De acordo com os referidos autores, além de exigir grande contingente de mão-de-obra, o algodão, ao contrário de outras culturas de exportação, pode ser consorciado com culturas de subsistência, como o milho e o feijão. Em decorrência disso, o algodão “foi explorado tanto pelo grande proprietário como pelo pequeno e por aqueles produtores que detinham a posse legal da terra como foreiros e parceiros” (Moreira & Targino, 1997:77). Assim, podemos dizer que o campesinato é



capaz de adaptar-se, mantendo a sua estabilidade, ainda que convivendo com as “ameaças” de desarticulação de sua unidade produtiva, pela grande propriedade.

## I – O “MUNDO RURAL” E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

### ORIGEM HISTÓRICA DA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA

A colonização portuguesa no Brasil teve nas riquezas *da terra* sua principal fonte de exploração econômica. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos” (Holanda, 1997:73).

Já nas primeiras décadas que se seguiram à descoberta, inicia-se a extração do pau-brasil, árvore abundante nas matas do litoral, utilizada, entre outras coisas, para dar a coloração vermelha aos tecidos. Essa madeira era extraída através da mão-de-obra indígena que, em troca, recebia utensílios de pouco valor econômico para os portugueses, mas de grande valor simbólico para os índios, como espelhos, pentes, machados, facas etc., sendo este sistema de trocas denominado *escambo*. Mas os planos da metrópole eram de ampliar a exploração econômica do território, através do cultivo de produtos agrícolas não-disponíveis no mercado europeu, resultando no envio dos primeiros povoadores a aqui fixarem residência, com o intuito de gerenciar a produção a ser exportada.

Logo no início do povoamento, em 1534, a Coroa portuguesa fez a primeira divisão do território. Foram repartidas 15 faixas de terra que variavam de 150 a 600 km de largura, estendendo-se de norte a sul, do litoral ao interior até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Para Caio Prado Júnior, “a grande propriedade fundiária constituiria a regra e elemento central e básico do sistema econômico da colonização” (Prado Jr., 1978:48). Essas imensas áreas de terras foram chamadas Capitânicas Hereditárias. Elas eram concedidas a administradores, conhecidos como donatários, que deviam povoá-las, explorá-las com recursos próprios e governá-las em nome de Portugal, assim como

propagar a fé católica. Além disso, aos donatários era facultada a autoridade de fundar vilas, bem como distribuir imensas parcelas de terras, as “sesmarias”, mas somente aos colonos brancos, “puros de sangue” e católicos (Morissawa, 2001). Desse modo, os hereges, os índios, os negros e os judeus não podiam ser proprietários de terra no Brasil. Assim, o restrito acesso ao domínio da terra é uma das características fundantes da nossa colonização.

Na maioria dos casos, entretanto, as capitânicas se constituíram em “um empreendimento desastroso, marcado por motins e traições, guerras e prejuízos, mortes e insolvências” (Caniello, 2001:74). Assim, malgrado o insucesso das Capitânicas, apenas Pernambuco e São Vicente conseguiram prosperar devido ao cultivo da cana-de-açúcar, matéria-prima em torno da qual nossa economia giraria, quase que exclusivamente, por mais de dois séculos. A plena adaptação desta cultura às condições climáticas e de solos, das regiões próximas ao litoral pernambucano, aliada ao fato da menor distância geográfica em relação ao Velho Mundo, fizeram do Nordeste do Brasil um dos maiores produtores do açúcar consumido além-mar, entre os séculos XVII e XIX.

Na qualidade de “gerenciadores de negócios”, os senhores de engenho escravizaram populações indígenas locais e, principalmente, negros capturados na África, os quais foram incorporados ao processo produtivo. Nas palavras de Josué de Castro, “consolidava-se, cada vez mais, o tripé em que se apoiou quase toda a economia nordestina: o latifúndio, a monocultura e o braço escravo” (Castro, 1969:134).

Embora o modelo econômico primasse pela exploração da cana-de-açúcar, paralelamente, nos recônditos das sesmarias, havia a existência de pequenos sítios, cultivados por posseiros e homens livres pobres (Palácios, 2004). Estes, podemos dizer, seriam os precursores do campesinato brasileiro, pois, na tentativa de adaptar-se às novas contingências naturais, o colonizador português permitia o cultivo de gêneros de



subsistência, como mandioca, feijão, milho, além de verduras e frutas advindas de outras colônias. Com o tempo, entretanto, as posses de terras foram se generalizando, enfraquecendo o domínio total dos senhores, ao mesmo tempo em que, no sudeste, ascendia a classe dos cafeicultores, que exigiam medidas que assegurassem a sua produção e o controle das terras.

É neste contexto que a política de distribuição de sesmarias começa a apresentar sinais de debilidade. Perdeu-se, no tempo, o ordenamento jurídico capaz de definir quem eram os verdadeiros donos das porções de terras. Assim, para legalizar as terras ocupadas sem autorização, organizar os registros daquelas doadas desde o período colonial, e exercer o controle sobre as terras devolutas (que não pertenciam oficialmente a ninguém), o Império sancionou a chamada Lei de Terras, em 1850. Com ela, vieram algumas inovações, procurando adequar o sistema de distribuição fundiária ao novo contexto histórico, de características capitalistas, que emergia. Por exemplo, facilitava a entrada de mão-de-obra de colonos estrangeiros, para trabalhar como assalariados e parceiros nas grandes fazendas, em virtude da suspensão do tráfico de escravos, através da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, no mesmo ano, o que prenunciava a abolição.

Na prática, entretanto, a Lei de Terras representou a ratificação necessária, reivindicada pela elite dos grandes fazendeiros cafeicultores do sudeste (o açúcar cedera espaço para o café), que garantia a manutenção da histórica concentração fundiária. Porque a terra, que antes poderia ser ocupada pelo regime de posse, agora só poderia ser adquirida por compra, transformando-se em uma propriedade capitalista, uma mercadoria. De acordo com José Graziano da Silva (1996), “quando a mão-de-obra se torna formalmente livre, todas as terras têm que ser escravizadas pelo regime de propriedade privada. Se houvesse homem “livre” com terra “livre”, ninguém iria ser trabalhador no latifúndio” (Silva, 1996:28).

Desta feita, podemos dizer que as próprias características herdadas da colonização e do Império, que se baseavam no *status* de domínio e centralização da terra, marcariam profundamente a história da questão agrária brasileira.

#### **VISÕES HISTÓRICAS DO MUNDO RURAL BRASILEIRO**

É vasta a produção teórica sobre os habitantes do meio rural brasileiro, sendo que a tradição desses estudos já remonta a mais de um século. A seguir, apresento o modo como esta temática foi pensada, historicamente, por alguns dos nossos principais intelectuais.

As páginas da nossa história dão testemunho de uma série de rebeliões de populações de origem não-urbana contra o poder institucionalizado. Um dos exemplos que, certamente, mais repercutiram foi o da Guerra de Canudos (1896-1898) travada entre as tropas republicanas e os sertanejos aglutinados em torno do beato Antonio Conselheiro, no interior da Bahia. De acordo com Martins (1986), Canudos era constituído essencialmente por camponeses, vaqueiros, jagunços e ex-escravos, em situação de completa miséria, que passaram a se opor à política dos coronéis e à República. Esperando a transformação desse “mundo de cão” através da redenção vinda dos céus, Conselheiro e seus fiéis passaram a se recusar ao pagamento de impostos, atitude que acabou por desencadear a ação das tropas republicanas. Estas, sob o pretexto de que o mesmo pregava o retorno à Monarquia, em quatro expedições, dizimaram completamente a população de Canudos.

Entretanto, as explicações que se tornaram mais plausíveis na época, foram a do positivista Euclides da Cunha (1963), autor do clássico “Os Sertões,” uma das mais impressionantes obras, com relevante caráter sociológico, a propor hipóteses explicativas sobre a conservação de modos de vida que pareciam totalmente anacrônicos, quando comparados àqueles verificados nas cidades. Euclides baseia-se nas teorias do



determinismo biológico e geográfico de sua época, importadas da Europa, entre elas, a de que o “atraso” cultural, o messianismo e a miséria dos sertões brasileiros, não resultavam das relações sociais, mas seria consequência do caráter mestiço da população, formada pelo “desequilíbrio mental” e social consequente da miscigenação da raça branca, negra e indígena, estas últimas entendidas como “inferiores” (Cunha, 1963:90). Outra hipótese proposta pelo autor, é a de que as comunidades rurais ali situadas se mantinham isoladas no interior há séculos, completamente ignorantes do que se passava no litoral, lugar do “progresso e da civilização” e ainda guardavam resquícios do “rude” modo de vida colonial.

Podemos dizer, que o modelo explicativo proposto por Euclides da Cunha, altamente etnocêntrico, sintetiza a visão negativa da elite republicana em torno da camada camponesa. Tal visão era devida aos ideais republicanos de modernização, urbanização e desenvolvimento tão “sonhados” na ainda tateante República, sendo os mesmos vistos como incompatíveis com a rusticidade e o messianismo muito presentes na religiosidade sertaneja.

O paradigma do determinismo biológico e racial, como sobreposto à cultura, embora bastante cristalizado nas explicações sociológicas do final do século XIX, começa gradativamente a ser rompido, notadamente a partir da publicação da obra “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre, em 1933. Esta é mais uma obra que busca demonstrar as bases históricas do Brasil, a partir do universo rural, desta vez, não mais o sertão semi-árido, mas os úmidos solos dos canaviais pernambucanos. O pensamento de Freyre é influenciado pelo culturalismo americano, corrente teórica que tem como principal expoente o antropólogo Franz Boas (2004). A principal tese de Boas é a de que é a cultura o mais relevante elemento para qualquer análise sociológica. “Não há razão para acreditar que uma raça seja naturalmente mais inteligente (...) devemos considerar os cenários

sociais” (Boas, 2004:82). Para além de quaisquer determinismos, seja geográfico, racial ou mesmo, econômico, ele vê os fenômenos culturais em termos da imposição de significado convencional ao fluxo da experiência. O homem é o sujeito que atribui significados, historicamente condicionados, à sua existência enquanto ser social. A realidade concreta é, então, simbolizada, sendo o homem o sujeito que lhe dá sentido, através da cultura.

Desta feita, Gilberto Freyre (2004), ao contrário de seus antecessores, busca explicar a miscigenação, do ponto de vista social e cultural, como um processo positivo:

A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social (...) entre a casa grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma *rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos*, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação (FREYRE, 2004:33. *grifo meu*).

Embora tenha inovado com a introdução da análise culturalista, muitas críticas são feitas à sua obra, principalmente à sua visão “romântica” da relação entre senhores e escravos, pois ele dizia que no Brasil a escravidão teve um caráter “menos cruel” do que alhures. Além disso, também se critica em Freyre o fato de sua análise ser polarizada somente entre as duas classes citadas. A camada intermediária, ou seja, os camponeses, por ele denominados “insignificante lambujem de gente livre” simplesmente não existia, do ponto de vista sociológico.

O estudo das populações rurais brasileiras encontra em Antonio Candido (1997) uma das mais interessantes contribuições. Em “Os Parceiros do Rio Bonito”, ele faz todo um levantamento etnográfico do que denomina “cultura caipira.” Esta cultura seria o resultado do processo de conquista de territórios implementado pelos portugueses nos séculos XVI, XVII e XVIII, as chamadas expedições bandeirantes, que resultaram numa



espécie de herança de costumes, variedade subcultural remanescente do “tronco português.”

Em sua metodologia de tipificação do modo de vida caipira, ele lança mão do conceito de *cultura rústica* definindo-o do seguinte modo:

O termo *rústico* é empregado aqui não como equivalente de *rural*, ou de *rude*, *tosco*, embora os englobe. Rural exprime sobretudo localização, enquanto ele pretende exprimir um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultaram do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígene (CANDIDO, 1997:21; *grifo do autor*).

Assim, rusticidade corresponde a uma acepção no sentido do modo de *ser* caipira, o qual elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio, mediante o conhecimento razoável dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta eficaz de subsistência. Entretanto, o principal objetivo do trabalho de Candido era demonstrar as transformações pelas quais estava passando a sociedade caipira em sua cultura rústica, conseqüência do crescente processo de urbanização e modernização da sociedade verificado a partir de meados do século XX.

Os caipiras do interior paulista, ao contrário do que se poderia pensar, não eram isolados, morando cada família em suas terras. Na verdade, estavam atrelados a uma organização de vizinhança, denominada “bairro rural”, de limites delineados o suficiente para dar a seus moradores a noção de pertencimento, distinguindo-os dos demais bairros. Associada a esta interação entre os bairros, estava a inevitável incorporação e absorção de valores da cultura urbana. Estes, introduzidos de maneira mais ou menos brusca, geralmente acabavam por causar certos desequilíbrios, pois:



Um grupo que se sentia equilibrado e provido do necessário à vida, quando se equiparava aos demais grupos de mesmo teor, sente-se bruscamente desajustado, mal aquinhoado, quando se equipara ao morador das cidades, cujos bens de consumo e equipamento material penetram hoje no recesso da sua vida, pela facilidade das comunicações, a multiplicidade dos contatos, a penetração dos novos estilos de viver. Em consequência muda, para o estudioso, o problema dos seus níveis de vida, que passam em nossos dias por uma crise aguda, já referida, em que a ampliação das necessidades não é compensada pelo aumento do poder aquisitivo (CANDIDO, 1997:217).

De acordo com Candido, os caipiras estavam passando por um avançado processo de transformação de seu modo de vida, devido ao estreitamento dos contatos com a sociedade urbana. Em face desse processo, eles reagiam conforme o seguinte modelo: 1) aceitação total; 2) rejeição total; 3) ou aceitação parcial dos traços introduzidos pela nova situação, sendo este último o modelo mais percebido. O autor afirma que o processo de urbanização se apresenta ora propondo, ora impondo certos traços da cultura material e não-material.

*“Impõe novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados; propõe a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, a passagem à vida urbana” (CANDIDO, 1997:218; grifo do autor).*

Candido é pessimista quanto às possibilidades do caipira superar suas fragilidades em face à cultura urbana. Para ele, a urbanização do campo sem um planejamento racional, pode se transformar em um vasto traumatismo social e cultural, podendo resultar no agravamento da miséria e da anomia social.

A observação dos bairros rurais, proposta por Antonio Candido, é revisada por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976). Ela demonstra a existência de diferentes formas elementares de agrupamento e de vida cultural no meio rural, sendo que o espaço de reprodução dos “bairros rurais” é alargado, uma vez que, não são compreendidos apenas como a “expressão da sociabilidade caipira”, como diria Candido, mas compõem o

espaço de vida de camponeses de diversas origens, inclusive de migrantes europeus instalados em São Paulo em períodos mais recentes. Além disso, segundo a autora, a sociedade brasileira caracterizou-se, historicamente, pela ausência de uma “dualidade marcada” entre o campo e a cidade. Em outras palavras, a influência do campo se faz sentir na presença da cultura rústica nos próprios centros urbanos e, inversamente, a expansão do meio rural, decorrente do avanço das fronteiras agrícolas, sempre se fez acompanhar da multiplicação de cidades. A ausência de antagonismo entre o campo e a cidade também é comprovada pelo caráter intermitente da vida nas cidades, marcada pelas idas e vindas freqüentes dos habitantes do campo.

Os estudos acima apontados levam em consideração as sociedades camponesas, ou o mundo rural, principalmente no sentido de sua rusticidade e do caráter de suas práticas culturais. Têm a preocupação de salientar a importância das mesmas enquanto mantenedoras de hábitos e práticas culturais específicas. Por outro lado, podemos citar uma outra visão, a que toma os camponeses enquanto uma classe importante do ponto de vista político.

#### **O CAMPONÊS COMO CONCEITO POLÍTICO**

De acordo com Martins (1986), os termos “camponês” e “campeinado”, na verdade, são relativamente recentes no vocabulário brasileiro. Foram “importados” de outras realidades históricas, particularmente da conjuntura política russa do início do século XX, e que foram introduzidos pelas esquerdas, “que procuraram dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país nos anos cinquenta” (Martins, 1986:21). Enquanto na Europa e em outros países da América Latina, o habitante do meio rural, era vastamente classificado como “camponês”, no



Brasil, segundo o autor, havia uma série de denominações particulares em cada região: “caipira”, “caboclo”, “tabaréu”, sendo palavras que possuem um duplo significado. “Referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis. Têm também o sentido de tolo, de tonto” (Martins, 1986:22).

Como se pode notar, tais expressões assumem significados desprezíveis e pejorativos, que demonstram o quanto, historicamente, essa camada social foi posta à margem pela sociedade brasileira. A inesquecível personagem “Jeca-Tatu”, de Monteiro Lobato (1959), exemplifica muito bem a idéia que se tinha do trabalhador do campo, nas primeiras décadas do século XX. Estereótipo do atraso brasileiro e de sua ruralidade, o “Jeca-Tatu” representa a figura do agricultor indolente, acometido de verminoses, preguiçoso e analfabeto.

Assim como os habitantes pobres do meio rural, segundo Martins, os proprietários de terra também tinham designações distintas conforme a região e a atividade: “estancieiros”, “senhores de engenho”, “seringalistas.” Mas também eles tiveram sua designação mudada a partir do mesmo debate que alcançou os camponeses – passaram a ser designados como latifundiários. Diante desse quadro, podemos dizer que os conceitos de “camponês” e de “latifundiário” são inseridos no Brasil com um significado claramente político e ideológico, com vistas a transformar a situação de exploração vivida pelos camponeses, dando unidade às suas lutas de classe. Portanto, sendo políticos, são também conceitos históricos, surgidos em um período determinado, em meio a relações e demandas sociais específicas. Não aparecem por acaso, nem significam apenas duas palavras novas. Antes, estão absolutamente carregadas de sentido e objetivos concretos, pois, uma mudança em um conceito corresponde, em igual medida, a uma mudança sobre a visão do problema, assim como, na maneira de os homens agirem sobre a realidade.

Então, surgem trabalhos com uma nova visão do problema, importantes estudos sobre a denominada *questão agrária brasileira*, expressão que, de acordo com Lebsa (2002) refere-se às transformações nas relações de produção: de que forma se organiza o trabalho e a produção, o nível de renda e emprego dos trabalhadores rurais, a forma de propriedade e posse da terra. O agrário associa os adjetivos fundiários às formas de organização do trabalho. Por sua vez, a “questão agrícola”, é mais restrita que a “questão agrária”, e diz respeito à produção em si mesma: o que se produz, onde e quando se produz, tendo como variáveis a quantidade e os preços dos gêneros produzidos. As diretrizes tomadas em relação à questão agrícola podem ter repercussões diretas sobre a questão agrária.

Caio Prado Júnior (1978) é uma das principais referências no que diz respeito a esse debate. Sendo um dos maiores intelectuais de visão marxista do nosso país, ele observa que os trabalhadores rurais, na verdade, vendem sua força de trabalho, como uma mercadoria qualquer. É uma crítica direta aos autores que defendiam as relações de trabalho existentes no campo brasileiro enquanto “resquícios” de relações feudais. Estas são marcadas pelo elemento da pessoalidade, proteção, confiança e respeito entre as partes envolvidas (senhor e servo). Ao contrário, o referido autor enxerga as relações na nossa agricultura como puramente impessoais, apenas no âmbito das relações de produção em geral, em seu lado mercantil, “alienador”, isto é, enquanto simples demanda e oferta por mão-de-obra. Ele observa que o que ocorre no campo é uma relação eminentemente capitalista. Porque as relações de parceria caracterizariam, em última análise, a existência do *salário*, mesmo o pagamento sendo com parte da produção. Há a venda da mão-de-obra por parte daqueles que não detêm os meios de produção, que, nesse caso, é a terra e os instrumentos de trabalho:



É importante acentuar esse caráter de locação de serviços que constitui a real essência das relações de trabalho na agropecuária brasileira (...) É isso e somente isso que o proprietário procura e obtém do trabalhador (...) que, na realidade e em essência, é um locador de serviços, um simples empregado perfeitamente assimilável ao assalariado de que se distingue unicamente pela natureza da remuneração recebida. (...) O proprietário não transfere ao trabalhador nada que se assemelhe com a posse da terra. Conserva sobre ele seus integrais direitos, tanto como no caso de qualquer outro tipo de empregado; e dispõe mesmo do produto, fazendo ele mesmo a distribuição. É ainda o proprietário que dirige de perto, e fiscaliza rigorosamente, por si ou seus prepostos, as atividades do trabalhador (PRADO Jr., 1978: 62-63).

Para Caio Prado Jr., a grande exploração agrária e a concentração da propriedade da terra que a acompanha necessariamente, associada à depauperação do trabalhador rural, constituem um fator de entrave à economia global nacional. Como medida de superação desse modelo, ele defende uma política de tributação fiscal na escala da extensão das propriedades e, até mesmo, a desapropriação. Tal política elevaria os padrões de vida da população rural que ascenderia à propriedade da terra, atuaria também sobre o mercado de trabalho, pois, a melhor remuneração favoreceria o crescimento do mercado consumidor interno, gerando uma maior demanda de empregos. Mas além das medidas legais, segundo o autor, seria de decisivos efeitos a luta dos trabalhadores por suas reivindicações imediatas. Esta análise, colocando a questão em termos da oposição entre duas classes sociais, busca dar conta do surgimento de importantes movimentos com bases camponesas surgidos em sua época.

#### AS LIGAS CAMPONESAS

Como resultado dessa “tomada de consciência” (para usar um termo marxista) por parte dos camponeses, se intensificam as lutas sociais no campo, principalmente no período de 1955-64, a partir da organização e mobilização das Ligas Camponesas, no

Nordeste. Estas configuram a expressão máxima das disputas no campo brasileiro naquele período.

O médico e sociólogo pernambucano Josué de Castro (1969) mostra como surgiram os primeiros movimentos das Ligas Camponesas. Tudo começou no ano de 1955, a partir de uma motivação aparentemente inusitada dos camponeses do engenho Galiléia, situado em Pernambuco. Quando um camponês falecia, seu corpo era conduzido ao sepultamento em uma espécie de caixão de uso público, chamado de “quebra-queixo”, que não podia ser enterrado, pois, seria utilizado para o sepultamento de outra pessoa. Uma vez no cemitério, o cadáver era retirado do caixão e posto dentro da cova, sem qualquer envoltura, sendo o caixão trazido de volta. Nas palavras do poeta João Cabral de Melo Neto, *Nenhum dos mortos daqui / vem vestido de caixão / Portanto eles não se enterram / são derramados no chão.*

É claro que esta situação de completa penúria dos camponeses, tanto na vida, quanto na morte, se insere num contexto mais amplo. Trata-se de um momento histórico em que se deu a expulsão de foreiros e a extinção dos roçados dos moradores de usina, devido ao crescimento da produção de cana-de-açúcar. Havia pelo menos dois grupos distintos. De um lado, os foreiros das terras de engenhos, camponeses em vias de expulsão. De outro lado, os moradores das usinas, trabalhadores em vias de converterem-se definitivamente em assalariados, perdendo as características camponesas, além daqueles que já estavam efetivamente reduzidos à condição de assalariados, evadidos de seus roçados para morar nas periferias das pequenas cidades.

Em face desta situação opressora, os camponeses decidiram organizar-se e então fundaram a “Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco”, mais tarde conhecida como Liga Camponesa. Esta tinha como principais finalidades a obtenção de um fundo para as despesas funerárias, além da aquisição de sementes e de instrumentos agrícolas e a possível



obtenção de uma ajuda governamental. Mas, logo a organização camponesa despertou a desconfiança dos proprietários, que passaram a persegui-los e expulsá-los das terras, acusando-os de “comunistas.” Talvez inicialmente criada sem tantas pretensões, logo a Liga Camponesa começou a tomar proporções maiores, chegando a ponto de seus membros defenderem a “revolução camponesa”, à medida que o movimento espalhava-se por todo o Nordeste. As reivindicações foram cada vez mais ganhando força, aumentando as resistências dos trabalhadores rurais, apesar de setores políticos representantes da classe dos latifundiários combatê-los duramente com “intimações” e “intimidações” judiciais, espancamentos, prisões e ameaças de morte.

“Criada para defender os direitos dos mortos, ela iria agora se constituir como instrumento de reivindicações dos vivos” (Castro, 1969:33).

De acordo com William Gomez Soto:

As Ligas Camponesas aglutinavam um conjunto variado de grupos sociais (parceiros, meeiros, arrendatários, moradores e assalariados) que lutavam por melhores condições de trabalho e de vida: salários e terras para cultivo. Os partidos políticos, comunistas e populistas, assim como setores progressistas da Igreja, juntaram-se às lutas organizadas pelas Ligas Camponesas, inicialmente em Pernambuco e depois estendidas para todo o território brasileiro. O poder industrial agrário, estabelecido após a revolução de 1930, estava sendo questionado no campo pelo movimento camponês (SOTO, 2002:59).

De fato, as Ligas Camponesas defendiam uma reforma agrária radical, que só seria alcançada se atingisse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar à propriedade camponesa, inclusive à estatização da propriedade. Apesar de suplantadas pelo golpe militar de 1964, as lutas das Ligas Camponesas tiveram importantes efeitos sobre a visão do Estado brasileiro com

respeito à questão agrária. Por exemplo, o reconhecimento oficial do Estado em relação ao problema fundiário, materializado pela criação do Estatuto da Terra.

## O ESTATUTO DA TERRA

Desde o início dos anos 60, havia o debate entre os defensores do “desenvolvimento agrícola” (propostas de modernização e mecanização da produção dos latifúndios) e os defensores da “reforma agrária” (propostas de redistribuição da propriedade da terra, como medida de justiça social). O Estatuto da Terra, promulgado em 1964, início do regime militar, foi uma tentativa de conciliar essas duas vertentes. De um lado, a defesa da propriedade e as pressões por maior apoio aos negócios dos grandes proprietários. De outro, a reivindicação por acesso à terra dos trabalhadores rurais, que emergiam com identidades próprias nas lutas travadas através das associações, ligas camponesas e sindicatos que se espalharam a partir de meados dos anos 50.

Uma das grandes mudanças advindas com o Estatuto da Terra foi a implementação de uma lei que instituiu a possibilidade de desapropriação dos latifúndios, isto é, propriedades com dimensões que excediam o limite máximo determinado para cada região, e que, ao mesmo tempo, se mantinham improdutivas. Tais inovações, sem dúvida, foram resultado da introdução de novos conceitos a respeito do papel que a propriedade deve exercer na sociedade. Por exemplo, a ratificação do conceito de *função social da terra*<sup>7</sup> que vigora até hoje como princípio constitucional, que parte do pressuposto de que a propriedade privada não pode atender somente aos interesses de seu portador, em detrimento do bem da coletividade. Também o Estatuto previa a realização de estudos para

---

<sup>7</sup>De acordo com o artigo 186 da Constituição, a propriedade cumpre sua função social quando atende simultaneamente aos seguintes critérios: 1) aproveitamento racional e adequado; 2) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; 3) observância das disposições que regulam as relações de trabalho; 4) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.



o zoneamento do país em regiões críticas, que exigissem a reforma agrária com a progressiva eliminação do latifúndio e do minifúndio (propriedade cujas dimensões são insuficientes para o sustento de uma família).

Entretanto, muito do que reza a Lei acima citada não se efetivou. Serviu muito mais como um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais e desarticular os conflitos por terra. Para se ter uma idéia, “de 1965 até 1981, foram realizadas apenas 8 desapropriações em média por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos por terra anualmente” (Morissawa, 2001:100). De maneira que, durante o regime militar prevaleceu a vertente do desenvolvimento agrícola. “A intervenção na distribuição da propriedade tornou-se legalmente possível, mas não se tornou, necessariamente, uma prática efetiva” (Leite. et. al; 2004: 38).

Uma certa perspectiva de alteração desse quadro surgiu com a redemocratização, em 1985, quando a chamada “Nova República” inscreveu a reforma agrária entre suas prioridades. Nos dois primeiros anos de governo civil foram desapropriadas mais terras do que nos 20 anos de domínio militar e nos anos subseqüentes – com exceção dos dois anos do governo Collor de Mello – as desapropriações e a criação de assentamentos aceleraram-se de modo expressivo.

## II – OS ASSENTAMENTOS E OS SUJEITOS DA REFORMA AGRÁRIA

### ASSENTAMENTOS, ESTADO, MEDIADORES

O processo de reforma agrária é o resultado convergente de históricas lutas sociais, lideradas por diversas esferas da sociedade civil, que vêm resultando na intervenção dos poderes públicos, no sentido de garantir o acesso a terra a trabalhadores rurais sem terra.

De acordo com Eli da Veiga (1994), a passagem da sociedade brasileira para formas socialmente mais justas dificilmente será atingida sem a aplicação de um conjunto de políticas públicas que venha a fortalecer a agricultura familiar, sendo, exatamente, esse o sentido econômico da reforma agrária:

Precisamos de uma reforma agrária que desafogue os minifúndios, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis: uma reforma agrária que transforme arrendatários em proprietários, uma reforma agrária que ofereça terra aos filhos dos pequenos proprietários, enfim, uma reforma agrária cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar (VEIGA 1994 *apud* LEBSA, 2002: 21).

Para José Gomes da Silva (1997), o sentido da reforma agrária no Brasil é ampliar as oportunidades de emprego no campo de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano-industrial, elevando o nível de salário e a qualidade de vida. Assim, não se trata apenas de uma questão rural, mas também urbana, pois, à medida que contingentes rurais são transferidos para as cidades, transfere-se também para o setor urbano uma carga dos problemas do campo. Assim, a agricultura e a reforma agrária assumem importância fundamental na geração de emprego e renda:

O aumento de oportunidades na agricultura aliviaria enormemente a pressão por postos de trabalho nas fábricas e nos serviços. E mais, daria a oportunidade de volta ao campo para milhões de desempregados que vieram para as cidades e que manifestam ainda disposição para trabalhar na terra (SILVA, 1997 *apud* LEBSA, 2002:23).

Na prática, a política de reforma agrária se apresenta sob o modelo da desapropriação dos latifúndios improdutivos, por parte do Estado, que os transforma em áreas de assentamentos rurais. De fato, embora a implantação de assentamentos não seja a única medida contida na política de reforma agrária, na atualidade, não se pode falar desta última sem nos reportarmos aos primeiros. Segundo um importante estudo, os assentamentos “são uma criação do Estado e ficam sujeitos à sua gestão e à sua gerência. E é essa relação diferenciada que faz existir o assentamento e, por conseqüência, os assentados, como segmento social diferenciado de outros camponeses” (Leite et. al., 2004:111). Entretanto, além do Estado, representado por órgãos como o INCRA (Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária), o processo de assentamento envolve uma série de outros importantes atores. Movimentos sociais, como o MST; Igreja Católica, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Projeto Dom Helder Câmara, ONG's, órgãos de assistência técnica, sindicatos etc. Esses grupos se apresentam como *mediadores*, ou seja, instituições que fazem a “ponte” entre as demandas dos assentamentos e os meios institucionalizados. Muitas vezes, atuam segundo o pressuposto de que os assentados não possuem os mecanismos legais e nem conhecem os procedimentos burocráticos necessários à obtenção de seus objetivos ante o Estado. Os mediadores se vêem como *facilitadores necessários*, baseados em uma suposta “falta de capacidade” dos mediados, na resolução de seus problemas. Tendem a atribuir a si o papel de conhecedores do caminho da emancipação e da mudança de vida dos mediados, numa postura quase que de



“salvação.” Os mediadores, muitas vezes, trazem e apresentam outras visões de mundo, terminando por incorporar saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado. Geralmente se apresentam como conhecedores do que deve ser “ensinado” e do que deve ser “aprendido.” Mas, as entidades mediadoras não se limitam apenas à interlocução entre dois mundos com lógicas distintas, que lhes são exteriores. Pois, de acordo com Delma Pessanha Neves:

Eles próprios constróem as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que viabiliza este modo específico de interligação. Múltiplos significados vão-se ordenando para viabilizar a mediação. Por exemplo: o *assentado* não se constitui sem passar pela escuta e pela reclassificação dos funcionários; os recursos materiais e simbólicos não são absorvidos sem exercícios específicos de tradução e de reconhecimento de sentido; e os funcionários e os dirigentes sindicais não são incorporados ao processo sem a construção de si mesmos e do *assentado* como beneficiários deste modo de intervenção (NEVES, 1997: 230; *grifo da autora*).

Assim, as próprias relações estabelecidas pelo conjunto dessas instituições que ocupam espaços em um mesmo campo de disputas, ora em sintonia, ora em divergências, segundo seus interesses, exigem o permanente processo de construção e reconstrução de seus modos de atuar e a constante renovação de suas estratégias. Isso, porque, um agente mediador não apenas executa ações segundo suas próprias diretrizes ideológicas ou de sentido, mas também de acordo com as representações de atuação fornecidas por seus concorrentes. Nesse jogo de forças sociais, as interações entre os agentes mediadores vão estabelecendo, neles próprios, redefinições em suas trajetórias políticas, suas formas de organização, suas estratégias da ação, seus métodos de trabalho, enfim, sua própria posição no seio do campo de mediação das lutas pela terra.

Entre essas entidades mediadoras, destaco o MST, o mais importante movimento social da história recente do Brasil. De acordo com um dos seus principais líderes, João

Pedro Stédile (1999), o MST surgiu na região Sul, no município de Cascavel-PR, por ser a área mais intensa da modernização agrícola do país, onde milhares de agricultores estavam sendo expulsos do campo. Ele define o movimento do seguinte modo:

O MST é um movimento camponês de agricultores acostumados com o trabalho familiar e que resolveram lutar pela terra e pela reforma agrária, uma vez que não lutam apenas pela terra, mas por crédito, assistência técnica etc. além dessas lutas que formam a base do movimento, apresentam um caráter político, lutando contra o latifúndio, o Estado neoliberal e a sociedade burguesa (STÉDILE 1999 *apud* LEBSA 2002, 65).

Como podemos perceber, além do objetivo da distribuição das terras, o MST é um movimento social que apresenta um claro projeto político, qual seja, a “luta contra o Estado neoliberal e a sociedade burguesa”, o que significa dizer que sua intenção é instaurar o socialismo no Brasil. A principal forma de atuação do movimento é através dos acampamentos de famílias, que ocupam terras vistas como improdutivas. Além das ocupações, entretanto, são realizadas uma série de outras ações como marchas, protestos em órgãos governamentais, saques, jejuns coletivos, atos públicos etc. Ultimamente, essas ações têm sido cada vez mais sistematizadas, ocorrendo dezenas delas, simultaneamente, em diversas regiões do país. É uma estratégia utilizada para causar maior repercussão na mídia, com o objetivo de trazer para o centro do debate o problema agrário, tornando-o notório nas mais diversas camadas sociais. De acordo com Christine Chaves (2001), os sem-terra estrategicamente criam “fatos e notícia”, sendo a criação de eventos coletivos na esfera pública o principal meio de atuação política do MST. Com ações coletivas, “ele coloca em questão o sentido do Estado de direito e da democracia, a definição de justiça e de violência, a constituição da ordem institucional, das leis e da legitimidade” (Chaves, 2001:134). Ao mesmo tempo em que suas atividades repercutem nos meios de



comunicação, o MST utiliza a “tática” da ocupação através da territorialização sistemática, conforme Fernandes (1999):

A terra conquistada é uma fração do território onde os sem-terra se organizam para promoverem um novo grupo de famílias que irá realizar uma nova ocupação, conquistando outras frações do território. Assim, a luta se renova e se amplia, territorializando-a. Dessa forma, os sem-terra migram por todo território nacional, plantando as raízes da luta e minando a concentração da estrutura fundiária (FERNANDES, 1999 *apud* LEBSA 2002:65).

Sem dúvida, foi a partir da atuação organizada do MST que se intensificaram a criação dos assentamentos rurais. Alguém já disse que “o mapa da reforma agrária segue o mapa das invasões.” Com o aprofundamento dos postulados neoliberais, a partir da década de 90, observa-se o agravamento da crise no campo brasileiro, resultando no aumento da violência e dos confrontos entre trabalhadores rurais e latifundiários, sendo que alguns se tornaram símbolo da luta pela terra. Foi o caso do massacre de Eldorado do Carajás, em 17 de abril de 1996, onde a ação violenta da polícia contra as famílias acampadas causou a morte de 19 pessoas, deixando dezenas de feridos. O MST instituiu esse dia, 17 de abril, como o dia internacional da luta camponesa.

À custa de muitas vidas, é verdade, observamos a implementação de um processo de reforma agrária que, embora lento e parcial, pelo menos sinaliza com a possibilidade de uma mudança da atual conjuntura, que possa dar cabo aos conflitos pela terra. De acordo com dados do MDA, o total de famílias assentadas no Brasil já é da ordem de 785 mil, sendo 245 mil famílias assentadas, somente nos últimos três anos. Até o final de 2006, há a projeção de que 400 mil famílias deixem de ser sem-terra.

Os assentamentos podem absorver uma multiplicidade de grupos sociais que, por razões diversas, se envolveram nesse processo, conforme indica uma recente pesquisa a nível nacional:



Posseiros, com longa história de permanência no campo, embora sem título formal de propriedade; filhos de produtores familiares pauperizados que, diante das dificuldades financeiras para o acesso à terra, optaram pelos acampamentos e ocupações como caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores autônomos; parceiros em busca de terra própria; (...) assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas que, havendo condições políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação; aposentados que viram no acesso à terra a possibilidade de um complemento de renda, entre outros (LEITE et. al. 2004:18).

De acordo com o estudo acima, os assentamentos proporcionam oportunidade para uma série de categorias de camponeses, que se reencontram com o trabalho da terra, retornando às suas origens. Muitos que sofreram expulsões de suas terras, obrigados a morar nas periferias das cidades, assim como, para trabalhadores urbanos desempregados, sem perspectivas de renda, mas que desejem o trabalho agrícola. Isso demonstra que a criação dos assentamentos pode ser uma alternativa para a superação de uma série de problemas sócio-econômicos, bem mais amplos, como miséria, desemprego, moradia, violência urbana etc.

A referida pesquisa foi realizada em assentamentos de seis regiões do país: sul da Bahia, entorno do Distrito Federal, oeste de Santa Catarina, sertão do Ceará, sudeste do Pará e zona canavieira do Nordeste. Os seus resultados gerais, de fato, apontam para a melhoria de vários índices sócio-econômicos resultantes da implementação de projetos de assentamentos, alguns dos quais, apresento a seguir. Por exemplo, no total da amostra nacional, 84% dos entrevistados consideram que houve melhorias na qualidade de vida. Quando nos voltamos para as razões dessa melhoria, observa-se um alto índice de respostas (83% dos que responderam) concentrados em argumentos que podem ser agregados em torno do tema “acesso à propriedade da terra”, o que envolve melhoria da renda (não pagamento da renda da terra, aumento do lucro, não ter que dar parte da

produção para ninguém) e liberdade (trabalho permanente para si e para a família, mais tempo livre, menor exploração). Uma outra parcela dos entrevistados (10%) relacionou o acesso à terra a melhorias na produção (maior e mais diversificada, possibilidade de poder criar animais, produção de alimentos, possibilidade de vender a produção). Além do acesso a terra, a melhoria também foi relacionada à possibilidade de obtenção de financiamentos para 9% dos entrevistados, acesso à tecnologia (8%), condições de infra-estrutura (2%), tais como casa, eletricidade, escola e transportes e melhoria das condições de vida em geral para 4% dos entrevistados (Cf. Leite et. al. 2004).

#### **A REFORMA AGRÁRIA NO CARIRI PARAIBANO**

O Cariri é uma microrregião do estado da Paraíba localizada na franja ocidental do planalto da Borborema. Composta por 29 municípios, que ocupam uma área de 11.233 Km<sup>2</sup> e, de acordo com dados do Censo 2000, com uma população estimada em 173.323 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 15,65 hab/km<sup>2</sup>. Localizada na chamada “diagonal seca”, é no Cariri onde são registrados os menores índices pluviométricos do semi-árido brasileiro.

A reforma agrária no Cariri se insere no contexto mais amplo da reforma agrária nacional. Nas últimas décadas, a microrregião vem passando por importantes transformações em sua estrutura fundiária. No ano de 1974 é fundado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de São Sebastião do Umbuzeiro, sob a liderança de Luiz Silva, que tem atuações importantes no âmbito da organização política e sindical dos trabalhadores rurais da região (Batista, 1997 *apud* Caniello & Duqué, 2005a). Durante a década de 80, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) começa a atuar sistematicamente,



apoiando os trabalhadores na busca de seus direitos, assim como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), que começa a atuar em 1985 juntamente aos Sindicatos.

Durante a década de 90, devido à consolidação do STR de São Sebastião do Umbuzeiro, do avanço dos movimentos sociais do campo em nível nacional e da crise da grande propriedade rural no Cariri com o fim dos financiamentos da SUDENE, a região começa a experimentar as primeiras desapropriações de terras (Caniello & Duqué, 2005b). Por exemplo, em dezembro de 1993 ocorre a desapropriação da Fazenda Santa Catarina, no município de Monteiro, que viria a se tornar, através de um processo de regularização fundiária, o primeiro Assentamento Rural da Reforma Agrária do Cariri paraibano. Em outubro de 1997, como resultado direto da mobilização promovida pelo STR de São Sebastião do Umbuzeiro, a Fazenda Estrela D'Alva, situada naquele município, também é desapropriada. No mesmo ano, o MST, inicia sua atuação na região, com a "luta" bem sucedida pela desapropriação da Fazenda Floresta, no município de Camalaú e, em 1999, com a desapropriação da Fazenda Feijão, no município de Sumé, consolidando sua ação no Cariri paraibano.

Na atualidade, existem 13 projetos de Assentamento da Reforma Agrária na região, conforme a tabela abaixo:

Nome	Município	Área (ha)	Famílias
Santa Catarina	Monteiro	3.600,000	320
Renascer	Prata	900,000	45
Estrela D'Alva	S. Sebastião do Umbuzeiro	5.270,7752	77
Novo Mundo	Camalaú	2.081,5000	87
Mandacaru	Sumé	4.392,0000	160
Beira Rio	Camalaú	482,6400	35
Dos 10	S. Sebastião do Umbuzeiro	2.154,0431	120
Boa Vista I	Coxixola	1.730,0000	40
Pinheiros	Coxixola	1.444,0000	30
Asa Branca	Coxixola	1.905,0000	50
Serra do Monte	Cabaceiras	5.830,6000	170
Eldorado dos Carajás	Camalaú	521,0000	20
Zé Marcolino	Sumé	2.356,7200	86
<b>Total</b>		<b>32.668,2783</b>	<b>1.240</b>

Fonte: INCRA



A implementação dos Projetos de Assentamentos Rurais da Reforma Agrária, nesta região, vem mudando as trajetórias de vida daqueles que se envolveram nesse processo, buscando a construção da própria identidade. Inicia-se, então, a “vida de assentado”, que corresponde à história da formação particular de cada assentamento e ao modo como os indivíduos vivenciam essa experiência.

### III - VIVÊNCIAS NO ASSENTAMENTO ZÉ MARCOLINO

#### A CONQUISTA DA TERRA

A história do assentamento Zé Marcolino tem início na passagem do ano 2000 para 2001, quando a então *Fazenda Serrote Agudo*<sup>8</sup> entrou em processo de desapropriação, para fins de reforma agrária. Uma grande propriedade, com dois mil trezentos e cinquenta e seis hectares, pertencente a uma “família tradicional” da região. No passado, era habitada por muitos moradores (mais de vinte famílias), mas que começaram a ser expulsos a partir da década de sessenta, quando se deu a introdução da pecuária extensiva na região. Como disse um ex-morador no “tempo da fazenda”: “saímos porque o dono daqui, ele não quis mais nenhum morador, negócio dele era só criatório, não queria mais morador.” Entretanto, a partir da década de 90, a fazenda começa a experimentar os primeiros sinais de decadência, entre outras razões, pela escassez dos financiamentos a “fundo perdido” da SUDENE, instituição federal cujo projeto político-desenvolvimentista terminou por entrar em falência.

Correu na região a notícia de que a fazenda seria desapropriada para fins de reforma agrária. Os interessados em obter lotes de terras no “futuro” assentamento deveriam efetuar seus cadastros através do preenchimento de formulários nas agências dos Correios das cidades de Prata, Sumé e Amparo. Surgia a possibilidade de, pela primeira vez em suas vidas, muitos agricultores possuírem uma porção de terra. Uma oportunidade esperada por

---

<sup>8</sup>Como de costume, uma das primeiras medidas tomadas quando uma propriedade é transformada em assentamento diz respeito à mudança de nome. Esta mudança ocorre para que não haja “nenhuma lembrança” das relações de trabalho que ocorriam no “tempo passado.” Por isso, a então fazenda “Serrote Agudo”, foi rebatizada pelos assentados com o nome assentamento “Zé Marcolino”, que era um cantador popular da região.

gerações. De tão “boa” que era essa novidade, poucos lhe deram crédito, como disse um senhor, um dos pioneiros da luta:

Aí a moça que trabalhava no Correio da Prata, um dia ela me convidou, mandou me chamar lá na Prata, aí ela disse: “eu vou te contar uma história que vai acontecer, aqui pra nós, a Fazenda Serrote Agudo vai entrar em Reforma Agrária e eu queria que você pegasse um formulário no Correio, se cadastrasse e botasse no Correio, porque você vai ser beneficiado.” É, mas era uma coisa que a gente não acreditava, eu não acreditei. Aí a gente se cadastrou, né, pegamos aqueles formulários no correio, mandamos preencher, e quando foi de três a quatro meses as cartas chegaram (T. 58 anos).

Essas cartas de confirmação dos selecionados, foram enviadas pelo INCRA para que as famílias pudessem ir se organizando, uma vez que, o órgão detecta as propriedades que estão na iminência de desapropriação. Na verdade, entre o “boato inicial” e a confirmação oficial da desapropriação da terra, decorreram cerca de seis meses, pois, somente no dia 5 de julho de 2001 foi publicado o decreto Presidencial que, “declara de interesse social, para fins de reforma agrária (...), a Fazenda Serrote Agudo, situada no município de Sumé.”<sup>9</sup> E, cinco meses adiante, no dia 6 de dezembro de 2001, foi efetuado o chamado “auto de imissão de posse”, documento que consiste na transferência jurídica do domínio da propriedade, que passa das mãos do proprietário para o poder do Estado.

A definição das famílias para ocupar as parcelas no Projeto de Assentamento ocorre através do denominado “Processo de Legitimação.” Este consiste em um procedimento formal coordenado pela equipe de seleção do INCRA, que avalia se as famílias cadastradas se enquadram nos critérios<sup>10</sup> exigidos. Dentre estes, estão a preferência por: 1) agricultores que trabalhem no imóvel rural desapropriado, como assalariados ou posseiros; 2) agricultores cujas dimensões da propriedade sejam insuficientes para o sustento próprio e o

<sup>9</sup> Decreto Presidencial. Casa Civil. 5 de julho de 2001.

<sup>10</sup> Documento de Instrução Normativa do INCRA, nº 15, de 30 de março de 2004.



de sua família; 3) trabalhadores rurais sem-terra que desejem se radicar na exploração da terra; 4) pessoas tecnicamente habilitadas, ou que tenham comprovada competência para a prática das atividades agrícolas; 5) chefes de família numerosa, cujos membros se proponham a exercer a atividade agrícola na área a ser distribuída.

Uma vez confirmados os nomes, as famílias começaram a se mobilizar com vistas à ocupação da terra. O primeiro grande dilema enfrentado foi a questão do acampamento. Houve um dissenso entre os que defendiam ir logo acampar na área da propriedade, e aqueles que achavam mais prudente aguardar a saída do proprietário, como disse o informante:

Quando a gente terminou de se cadastrar, agora o que é que a gente faz? A moça já foi dizendo, aí só é vocês ir acampar, não tem problema. Só que o rapaz lá do INCRA, ele disse assim, o rapaz [o fazendeiro] pediu para até o dia 5 de janeiro de 2002. É, no dia 5 de janeiro de 2002 ele desocupa a fazenda. Tinha muita coisa boa por aqui, muitos porcos, muitas criações. Aí teve gente que... lá em Serrote Agudo, eles ficaram lá acampados, só que a gente, não, tinha um receio. Eu mesmo disse, não vou pra lá não, só vou quando desocupar... pode até... a gente tinha medo que sumisse alguma coisa. Vamos esperar. Então esperamos (T. 58 anos).

Assim, podemos dizer que os sentimentos de medo e insegurança estavam presentes, e marcando as ações e pensamentos daqueles que almejavam lugar no assentamento. O medo, por exemplo, de uma reação violenta do proprietário, que poderia mandar "seus capangas", como já ocorrera em casos de ocupações de outras fazendas da região. O medo da polícia, vista como "a serviço" dos fazendeiros e políticos, que transparece pelo temor do "sumiço" de algum bem da fazenda, o que poderia servir de pretexto para a prisão dos acampados ou mesmo para a interrupção do processo de desapropriação. E ainda, um outro temor, sub-reptício, mas que talvez represente um poder de coerção ainda mais forte: o do comprometimento moral perante a sociedade, representado pela idéia, fortemente presente no imaginário coletivo dos camponeses da

região, de que aqueles que ocupam terras são “invasores”, “ladrões” ou “desocupados”. Em outras palavras, aqui está implícita a *ética camponesa*, expressa pela *inviolabilidade da honra*, fortemente associada ao valor religioso de que, como disse um assentado, “a gente só tem o que Deus quer, se você tem uma roupa mais que o outro, é porque Deus te deu.” Este temor de muitos dos agricultores diante da “aventura” de entrar na “terra alheia”, dificultou até mesmo o preenchimento total das vagas oferecidas pelo INCRA, como disse o informante:

Eu sei que no total na Prata um dia foram 52 pessoas e ficou restando, para 86, 34 (...) Eu fui um dos que corri atrás, desse negócio, dessas 34 pessoas, eu queria ver isso aqui arrumadinho, eu saí chalerando as pessoas, saí chalerando muita gente, saí pedindo, aqui mesmo tem prova desses dois rapazes aqui. Pelejei muito, esse irmão meu aí, eu dizia, rapaz, vamos embora pra lá, rapaz. Ele dizia, eu lá vou me ocupar disso, rapaz, tu acha que eu vou me ocupar disso, sair invadindo terra dos outros? Que diabo eu vou fazer num lugar daquele. Eu disse, vocês não brinquem, não. Porque de uma hora para outra tem nego que vai chorar pra ta lá (T. 58 anos).

De fato, como observou Maria Nazareth Wanderley (2003), a adesão a uma luta pela terra supõe uma avaliação das chances de sucesso e exige a execução de estratégias de ação eficazes. Ela deve, portanto, oferecer alguma expectativa favorável que estimule os passos iniciais e a continuidade do movimento. “Num primeiro momento muitos agricultores recusaram participar, pois não acreditavam em seu sucesso. Às vezes o marido ou a esposa precisavam convencer o cônjuge indeciso ou lhes impor sua própria decisão” (Wanderley, 2003: 207).

Entretanto, como disse um informante, houve o grupo dos que imediatamente “ficaram lá acampados”, formado pelos agricultores pertencentes ao MST, que decidiram montar acampamento antes mesmo da retirada dos animais e dos bens do fazendeiro. Como sabemos, esta determinação faz parte do conjunto de estratégias de “pressão”,



comuns ao modo de atuar do movimento, cujos integrantes se dizem mais “politizados”, na luta pela terra. De acordo com Torrens (1994), entretanto, o MST ao lutar por “transformações radicais no campo” tende à “centralização das decisões”, ressaltando a necessidade das famílias resistirem às “contra-ofensivas das forças sociais comprometidas com a defesa do latifúndio” (Torrens, 1994:152).

De acordo com os entrevistados, muitas das decisões, realmente, eram tomadas somente entre os líderes do MST. Além disso, como já foi dito, a questão da ocupação<sup>11</sup> de terras é vista pelos camponeses da região, antes, pelo viés da ética (certo/errado), e não como uma mera ação de estratégia política, ou seja, são duas lógicas diferentes. De modo que, esta diferenciação do modo de atuar gerou atritos desde o início. Nas palavras de um entrevistado:

Porque... era porque a gente não sabia como é que eram as coisas... A gente não sabia, é como um aluno vai, digamos assim, vai ensinar matemática, aí você só sabe o que é português e aí... a gente não sabia o que era matemática, a gente só sabia o que era português. Aí eles eram um jeito, a gente era outro, né, aí só se ouvia dizer: esse movimento do MST é, isso é um rebanho de ladrão, um rebanho de, de invasor, diziam assim. Mas, mas rapaz, será possível... é, é assim aí entrava na cabeça do cara porque a gente não tinha orientação de ninguém, assim entrava na cabeça da gente, aí então a gente não vamos querer ninguém aqui não, vamos tirar esse pessoal daqui. E é que a maioria tentou, e foi tirando, rapaz (A.54 anos).

Não é que os procedimentos do MST não fossem compreendidos, por uma questão de falta de capacidade intelectual. Na verdade, a princípio, eles eram “mal vistos” pelos demais agricultores, devido à imagem negativa de “vandalismo” que tinham do

---

<sup>11</sup>Neste sentido, existe uma interessante diferenciação de significados entre os termos “ocupação” e “invasão” (Silva, 1996). O primeiro, utilizado pelo MST, carrega o sentido de que a terra, não cumprindo sua função social, pode ser ocupada por agricultores que não possuam terras ou que as possuam em quantidade insuficiente para o sustento da família. É um termo que, ideologicamente, responde melhor aos interesses do Movimento, pois, “ocupar” denota estar em lugar “desocupado”, preencher um espaço vazio, sem uso. Por outro lado, os proprietários preferem o termo “invasão”, utilizado na acepção da palavra, isto é, em sentido completamente pejorativo. “Invadir” quer dizer, tomar posse de coisa pertencente a outrem; entrar sem permissão; depredar, roubar. De modo que esses dois termos permeiam os discursos dos grupos envolvidos na questão da reforma agrária.



Movimento (imagem esta bastante veiculada pela grande mídia nacional). Assim como, ao “impacto” causado por sua ideologia e seus métodos de atuação. No entanto, os trabalhadores que tiveram receio de acampar na propriedade, não aceitando a determinação do MST, reconhecem a importância da participação deste no aceleração da efetivação do assentamento, conforme revelou um assentado:

Foi muito importante. Foi importante demais. É que nem ele falou lá, se ele [líder do MST] não tivesse acampado lá, ele talvez ainda tivesse aqui (...) O pessoal lá, o pessoal dele ocuparam antes de se cadastrar, depois foi que foram cadastrados lá em Amparo. Só foram eles que acamparam (...) só que nós aqui não acampou não (J. 44 anos).

Assim, no assentamento Zé Marcolino, a saída definitiva do proprietário, no dia 5 de janeiro de 2002 (conforme havia sido acordado), marca a efetivação da “conquista da terra.” Esta, até então ainda era vista como incerta, pois, havia o temor de que a insistência daquele em não deixar a Fazenda acabasse comprometendo todo o processo. A rigor, não houve confrontos “violentos”, embora o proprietário tenha demonstrado resistência em desocupar a fazenda, gerando momentos de tensão. De acordo com um dos entrevistados, mesmo depois da desapropriação, o gado, pertencente a um político que atualmente é deputado estadual, ainda permaneceu solto por algumas semanas, comendo as plantações já existentes e impedindo a implementação dos novos cultivos. Este fato é entendido pelos assentados como uma represália do proprietário, pois, ele já havia sido notificado a retirar todos os animais.

Com o início da conquista efetiva da terra, nos primeiros dias, os acampados tiveram que conviver com situações precárias. Abrigavam-se em barracas de lona e palha, embaixo de árvores ou nas dependências existentes na fazenda, como armazéns ou depósitos. Era o momento de expectativa quanto às primeiras ações do INCRA, e este

período de acampamento é entendido como de “muita união”, “todo mundo ajudava o outro”. Como disse o entrevistado, “no começo aqui era uma maravilha, era uma igreja, a gente dizia, vamos fazer essa atividade aqui. O povo dizia: vamos!” Tal coesão grupal certamente era devida, pelo menos, a dois fatores: a busca da vitória em torno daquele que era o objetivo imediato – conseguir a terra; e o fato de todos estarem “no mesmo barco”, vivendo sob as mesmas agruras, tendo as mesmas necessidades. Nas palavras do entrevistado: “eu ainda me lembro, todo mundo naquelas barracas, aquela união, aquele sofrimento. Mas ia chegar nosso sonho. O sonho da nossa vida.”

Podemos dizer que o acampamento marca um período de *liminaridade*. De acordo com Turner (1974) os atributos de liminaridade são “necessariamente ambíguos, pois as pessoas que nele se encontram escapam à rede de classificações que normalmente determinam a localização de estados e posições num espaço cultural” (Turner:1974:117). É um estágio intermediário, semelhante a um rito de passagem. Assim, os camponeses se encontravam ambigualmente colocados entre “a vida vivida até ali”, conhecida, porque passada (o local onde moravam e como moravam, os parentes e vizinhos deixados para trás...) e a “vida a vir”, incerta, porque futura. Nem eram, a rigor, assentados; como também não mais estavam na condição anterior, de agricultores totalmente sem terra. Ainda de acordo com Turner, quando os indivíduos se encontram neste momento liminar, ligados por laços organizados em termos de classe, casta, grupo social etc. tendem a formar uma *communitas*, ou seja, são fortalecidos os laços de camaradagem, homogeneidade e igualitarismo. Desta feita, provisoriamente despojados de suas atividades cotidianas, em uma situação e ambiente novos, os agricultores que almejavam lugar no assentamento tiveram que elaborar estratégias adaptativas e desenvolver o cooperativismo. Por exemplo, um grupo se encarregava de fazer o reconhecimento da área; outro, da localização dos reservatórios de água, que era transportada e distribuída pelos homens para o abastecimento

provisório, assim como da localização de árvores frutíferas e das plantações remanescentes para complemento da alimentação; outro grupo se encarregava das idas e vindas à cidade, para comprar “o que faltava”; ainda outro grupo, formado principalmente por mulheres, se encarregava de produzir as refeições.

Entretanto, as dúvidas e as incertezas quanto ao futuro, típicas de toda situação de transição, foram uma constante. E assim, precariamente, permaneceram homens, mulheres e crianças, por quase um ano, aguardando com esperança que o “governo” tomasse as providências.

#### **A ASSOCIAÇÃO DOS ASSENTADOS**

Uma das primeiras providências formais foi a criação da “Associação dos Assentados do Assentamento Zé Marcolino”, ocorrida no dia 18 de março de 2002.

Todos os assentados são filiados a esta organização que representa as ações e decisões “oficiais” do assentamento.

A associação é composta pela diretoria executiva e o conselho fiscal, eleitos por voto direto e geral, bianualmente. As reuniões ocorrem sempre no último domingo do mês, sendo que, extraordinariamente, podem ser convocadas reuniões pela diretoria. Esta é formada pelo presidente e vice-presidente; 1º e 2º tesoureiro e 1º e 2º secretário. O conselho fiscal, por sua vez, é formado por membros encarregados de acompanhar as prestações de contas e os gastos com o dinheiro arrecadado, pois, os assentados contribuem mensalmente com a quantia de R\$ 2,00. Os valores são aplicados nos gastos gerais do assentamento, como: compra de ferramentas, gastos com energia, combustíveis, material de construção, documentos de legalização, compra de grampos, arame, peças de cata-vento, viagens à sede do INCRA, etc.



A prestação de contas, por envolver finanças resultantes da contribuição de cada associado, geralmente é motivo de discussões. Normalmente, ela é feita todo mês, sendo o balanço dos gastos publicado nas reuniões, para a aprovação ou não por parte da assembleia. Mas, em alguns momentos, ela foi negligenciada e alguns assentados, em protesto, se recusaram a comparecer às reuniões, conforme está registrado em ata:

Foi explicado também para o presidente sobre a falta de quorum, pois os sócios alegam que só vão para as assembleias e contribuir com a mesma após uma prestação de contas feita pelo presidente e pela tesoureira, tudo sendo verificado pela 1ª secretária e com o parecer do conselho fiscal (16/11/04).

Esse acompanhamento permanente dos assentados, em relação à prestação de contas, demonstra o forte interesse dos mesmos na fiscalização das ações da diretoria.

Tive a oportunidade de observar uma das reuniões da associação, pois, “as reuniões criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relações” (Comerford, 2002:149).

No assentamento Zé Marcolino, a reunião da associação desempenha um papel duplamente importante: responde tanto pelo cumprimento das obrigações formais exigidas pela “vida de assentado”, como participar das votações, da fiscalização etc. quanto pela sociabilidade informal, lúdica e afetiva. As reuniões representam “internamente” a hora e o local (o tempo e o espaço) onde são realizados os debates, as discussões, as explanações, as votações e os encaminhamentos das decisões que irão influenciar a vida de todos os assentados. Nelas, as principais informações são transmitidas, são explicitados os problemas vividos e as regras e normas de funcionamento são conhecidas e atualizadas. Nesse sentido, assumem o caráter de espaço político, espaço de exposição de idéias e opiniões, lugar de decisão e voto, com fins a aplicação de soluções para as demandas do

dia-dia do assentamento, sendo entendidas marcadamente em termos de *atenção* e *responsabilidade*. O que não significa dizer que também não ocorram momentos de risos e descontração, por exemplo, em decorrência de piadas ou incidentes inusitados. Mas, são situações acessórias, componentes secundárias desse ritual.

Na reunião há situações de tensão, os chamados "bate-bocas." São momentos de debate, que podem ser marcados por trocas de acusações, queixas, ameaças e maus entendimentos entre os assentados. Geralmente, ocorrem em virtude de desvio do cumprimento de normas estabelecidas, que acabaram por prejudicar uma das partes, assim como, em decorrência de divergências a respeito de opiniões relativas ao coletivo. Estas últimas são mais fáceis de ser superadas, uma vez que, a decisão da maioria é a que prevalece. Aquelas, porém, são questões mais de cunho particular, subjetivo e de prejuízo direto, fruto do desentendimento entre duas ou mais partes. Por exemplo, quando alguém retira capim ou madeira da parcela de seu vizinho ou quando solta os animais no roçado do outro.

Por outro lado, "externamente" as reuniões apresentam uma dimensão mais subjetiva e de *descontração*. Especificamente no assentamento Zé Marcolino, elas ocorrem normalmente aos domingos à tarde, por ser o dia de "descanso" dos assentados. Dia em que só limpam o mato, ou brocam, ou cortam madeira, no turno da manhã. "Bem cedo", como dizem, por serem as atividades consideradas mais "pesadas." As atividades mais "maneiras", por sua vez, são a de retirar o leite das vacas ou cabras e prender ou soltar os animais.

De "folga" à tarde, o momento da reunião assume um certo "ar solene." Os assentados se apresentam com uma roupa que, provavelmente, não é utilizada em seu labor cotidiano, mas, nas ocasiões em que necessitam ir para "fora" da circunscrição da agrovila ou da sua parcela, como quando vão à feira ou à missa, em Sumé.



Gradativamente vão chegando. A pé, de bicicleta, a cavalo e, alguns poucos, de moto. A grande maioria dos participantes é formada por homens, alguns acompanhados das mulheres e filhos. Percebi que, as mulheres não comparecem sozinhas, isto só ocorrendo, eventualmente, em virtude da impossibilidade da participação do marido. À medida que chegam, alguns vão tomando lugar na sala, sentando-se no chão, pois não há assentos para todos, enquanto outros aguardam o início, conversando no alpendre. Nesse momento, observei que ocorre a renovação dos laços de sociabilidade, os encontros e (re)encontros, a união e a (re)união de amigos, conhecidos ou parentes. É a oportunidade de colocar os “assuntos em dia”, conversar sobre futebol, as medidas governamentais, sobre a chuva, sobre negócios etc. Muitos assentados só se vêem nesse momento, tanto pelo fato do trabalho ocupar todo o tempo durante a semana, quanto pela distância entre as agrovilas, devido à grande dimensão da área do assentamento. Assim, “externamente” a reunião é um momento mais festivo e de dispersão, sendo momento de lazer também para as crianças, que brincam no pátio da casa sede.

De acordo com a análise das listas de presença contidas nas atas, desde a fundação da associação, o quorum médio das reuniões é de 47 presentes, o que equivale a quase 60% dos associados, revelando um bom índice de participação. Nas palavras de um entrevistado, “eu acho muito importante a associação, porque aqui é que a gente consegue os nossos direitos.” Durante a reunião, boa parte dos presentes levanta a mão para tomar a palavra, expondo seus pontos de vista, colocando seu posicionamento no debate. Os principais problemas vivenciados no assentamento, são: 1) a falta de assistência técnica; 2) a falta de infra-estrutura produtiva; 3) a dificuldade de acesso à água 4) a “ausência” do INCRA. Por sua vez, as entidades mediadoras, que teoricamente deveriam fazer a interlocução entre as demandas do assentamento e o Estado, são percebidas como ineficientes. Devido às suas disputas pelo controle dos projetos a serem implementados, os assentados dizem que as



entidades mediadoras, notadamente a CPT, o Projeto Dom Helder Câmara (entidade ligada ao governo federal) e o MST “ficam fazendo uma briga de peixe-grande, atrás do interesse deles, esquecendo do que o assentamento precisa.”

### **O DILEMA DO PARCELAMENTO: AGROVILA OU CASA NO LOTE?**

O parcelamento ou loteamento das terras se constitui em um dos momentos aguardados com maior expectativa pelos assentados. Somente com a definição do local pertencente a cada um, é que o trabalho de cultivo pode ser realizado com mais segurança, podem ser construídas as cercas e introduzidos os animais para a criação. Ser titular da parcela significa para o assentado assegurar sua independência relativa, que o faz sentir-se dono, estar no que é seu e organizar sua produção (Wanderley, 2003). A não implementação do parcelamento atrasa sobremaneira as atividades a serem desenvolvidas.

Cabe ao INCRA, como órgão promotor e gerenciador do Programa de Reforma Agrária, efetivar esta medida, demarcando a terra em lotes com áreas iguais e determinando, em comunhão com os assentados, os nomes daqueles que deterão cada parcela. Juntamente a esta medida, a legislação determina a realização do chamado PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento), um diagnóstico da área, que compreende a organização do espaço, os projetos de infra-estrutura, a gestão dos recursos naturais etc. Os assentados disseram que tal plano foi feito à revelia e sem qualquer esclarecimento do que se tratava. De acordo com Caniello & Duqué (2005 b), a implementação do PDA é um exemplo típico de “participação subtraída”, pois os técnicos do Estado utilizam uma “linguagem burocrática incompreensível” e trazem um plano “engessado”, que não leva em consideração o posicionamento dos assentados.

Assim como o PDA, na visão dos assentados, a urgência do parcelamento não era reconhecida pelo “governo”, conforme está registrado em ata:

Logo em seguida, a pedido do presidente, fez a leitura de um requerimento elaborado com o apoio dos sócios-assentados, para ser enviado ao Sr. Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que trata da demarcação da terra, já que sem esta os problemas se avolumam e a associação fica sem condições de resolvê-los; então, por esta razão, requer que o INCRA, com urgência, demarque as terras da fazenda e as distribua aos posseiros para que cada um possa trabalhar e plantar sua roça com mais segurança, sabendo o local certo onde vão ficar (12/01/03).

A demora do parcelamento das terras chegou a causar desentendimentos entre os assentados. Com a vontade de começar logo o trabalho, houve a tentativa de parcelamento por “conta própria”, iniciada por um dos sócios da associação. No entanto, por não se basear em recursos técnicos e em critérios adequados, esta medida não foi reconhecida como eficaz, pois, alguns se sentiram prejudicados, e rechaçaram imediatamente a idéia:

Em seguida houve a participação dos técnicos R. e E. que falaram sobre o pré-parcelamento, que só poderá ser realizado com a autorização do pessoal do INCRA, com o mapa em mãos e após uma reunião bem dialogada para fazerem acordo e tentarem tomar as decisões certas (...) A sócia J. falou que estava insatisfeita com a repartição de lotes irregulares pelo Sr. A. já que a mesma foi prejudicada. O sócio D. perguntou aos presentes se eram a favor desta divisão de lotes sem autorização do INCRA. Todos responderam que não. E se todos são de acordo partir só as terras de alto, deixando todos nos seus roçados sem serem prejudicados. Todos concordaram (13/04/03).

A questão do loteamento permaneceu em pauta durante várias reuniões, o que demonstra a ansiedade dos assentados em ver esse “primeiro passo” concretizado. A análise das atas demonstra como o loteamento foi, sistematicamente, retardado:

Aos dezoito do mês de abril, de dois mil e quatro (...) o Sr. B. falou que o parcelamento será feito, que no dia 24/04/04 o Sr. F. virá fazer uma reunião sobre o parcelamento.

Nove de maio de dois mil e quatro (...) o Sr. P. falou que estava esperando o parcelamento da terra, como não foi possível, pelo povo que prometeu e não cumpriu vir parcelar.

Dois de julho de dois mil e quatro (...) o Sr. F. virá no dia onze de julho para fichar e começar o parcelamento o mais rápido possível.

Em síntese, o parcelamento só realizar-se-ia no início de 2005, portanto, inacreditavelmente, três anos depois da criação do assentamento. Apesar da demora, os assentados viram suas forças renovadas. A terra parcelada significa o marco inicial da produtividade, a certeza de que o resultado do trabalho de suas mãos será “seu.”

Os lotes localizam-se nas chamadas terras de baixio, que são consideradas as terras mais férteis, chamadas de *terras fortes* ou *terras boas*, por serem próximas às várzeas. As terras menos férteis, chamadas *fracas* ou *ruins*, são as situadas nos altos, denominados tabuleiros, onde o solo é muito seco e com muitos pedregulhos. Cada família tem direito a uma área de 20 hectares, a ser cultivada autonomamente.

Em torno da questão do parcelamento gira uma outra igualmente importante questão: a construção das casas. Havia o problema entre construir segundo o “modelo agrovila” ou o “modelo casa no lote.” A grande maioria dos assentados preferia a construção das casas já nos lotes ou parcelas tocadas a cada família. De acordo com Caniello & Duqué (2005a), este seria o modelo de ocupação do campo que mais se aproxima do modo de vida “ideal” do camponês, no Cariri paraibano, que é aquele onde a família camponesa cultiva o próprio “pedaço” de terra, que é o *sítio*, com a sua morada. Mas, como consta na ata da assembléia geral extraordinária, realizada no dia primeiro de maio de dois mil e três, prevaleceu a decisão do INCRA, que contraria essa escolha: “Recebemos o atendimento do Dr. J. Sobre as casas, terão que ser em agrovilas. Os sócios são contra essa idéia.”



O modelo agrovila caracteriza-se pela proximidade e alinhamento das casas, que ficam a uma distância de 5 metros uma da outra, tal qual o arruamento urbano. Assim, o assentamento ganha o aspecto de um pequeno povoado ou mesmo, de uma vila.

A passagem a seguir, também registrada em ata, demonstra claramente que o modelo adotado, foi uma imposição do INCRA:

O presidente da associação (...) explicou aos sócios que as agrovilas seriam bem melhor. Porque se for construir as casas em parcelamento, a demora vai ser maior, pois primeiro precisa lotear, e podendo ficar sem energia elétrica e água encanada e a população sem posto médico, escola e outros. Houve uma insatisfação por parte dos sócios, já que desejavam suas casas na parcela, mas assim mesmo foram feitas duas listas com os nomes de cada um e a sua opção. Onde sessenta e cinco (65) pessoas deram o nome a favor de agrovilas e dez (10) para as casas na parcela. As agrovilas vencendo com quase todos os presentes. Assim, o Sr. Presidente A. ficou de marcar uma reunião com o Sr. B. do INCRA para agilizar a construção o mais rápido possível, já que todos estão precisando das casas por causa das péssimas condições de moradia, debaixo de árvores, barracos, quartos das casas existentes no assentamento e armazéns. Neste encontro ficou decidido que a primeira coisa a ser feita no assentamento seria a construção das casas (24/08/2003).

O presidente da associação havia sido persuadido pelos funcionários do INCRA a convencer os assentados da vantagem da agrovila, através do argumento de que, caso contrário, não haveria a implementação da infra-estrutura (energia, água, escola) devido ao aumento dos custos e a dificuldade da prestação de serviços, proveniente do distanciamento espacial entre as casas, caso ficassem cada uma em sua parcela.

Em outras palavras, os assentados ficaram “sem opção”, sendo obrigados a aceitar um modelo, a contra gosto. Como uma das escolhas já estava pré-concebida como inviável, não havia alternativa senão eleger a outra, dada como a melhor, por ser a “única”. Assim, o resultado aparente da eleição não condiz, de modo algum, com a realidade da vontade geral. O que houve foi apenas o referendo de uma medida previamente estabelecida. Pois, todos os entrevistados declararam preferir as casas nas parcelas à agrovila, e deixaram muito claro

que foi uma determinação do INCRA, e não uma decisão dialogada, discutida com os assentados.

Tive conhecimento do caso ocorrido no assentamento Estrela D'alva, localizado no município de Monteiro, próximo a Sumé. Ali, os assentados, cerca de 320 famílias, resistiram ao modelo agrovila, exigindo as casas nas parcelas. Como não cediam de modo algum, fazendo grande mobilização, o INCRA atendeu-lhes a reivindicação, o que não impediu a implementação da infra-estrutura.

Por outro lado, as próprias condições geradas pelo modo de atuar do INCRA, especificamente em Zé Marcolino, tornaram a situação "sem saída". Porque as casas foram construídas antes mesmo do parcelamento, ou seja, começaram a ser construídas em outubro de 2003, sendo que as terras só foram parceladas, como vimos, no início de 2005. Mais uma demonstração de que o INCRA já "trouxe" o modelo agrovila como pré-estabelecido, é dada, na medida em que seus representantes ameaçam "ir embora", caso os assentados insistissem, como revelou um entrevistado:

Quando foi na época que eles vieram trazer os papéis pra gente assinar, os papéis da habitação, aí eles falaram assim, aí o rapaz [representante do INCRA] disse é agrovila, aí a gente não sabia o que era agrovila. O que é agrovila? Agrovila é o seguinte, as casas vão ser pegadas uma na outra. Nos sentamos, conversamos, né, uns queriam outros não queriam. Mas aí o cara já foi direto ao assunto, disse olha, aqui é o seguinte, vocês ou pegam a agrovila ou não tem. Aí ele disse assim, nós estamos aqui pra trazer a agrovila agora, se vocês não quiserem daqui a gente vai pro Piancó, pro Vale do Piancó. Aí a gente ficou sem saída. Eu mesmo já fazia quase um ano que morava debaixo de um Juazeiro ali (...) Aí, vamos fazer o que, vamos assinar. Já vieram com o modelo certo. Foi duas palavras só do rapaz, ou agrovila ou nós vamos embora. Era duas palavras e a faca na goela, ou fazia ou... A gente sem informação, que não sabia, que não podia (A . 54 anos).

Várias são as razões apontadas pelos assentados pelas quais ficariam mais satisfeitos com o modelo "casa no lote". Entre elas, o problema da longa distância entre a

casa, situada na agrovila, e a parcela, que às vezes chega a 2 Km de distância. O deslocamento é visto como cansativo e dispendioso de tempo. Alguns são obrigados a permanecer o dia inteiro na parcela, só voltando para casa no final do dia:

**No momento da implantação, você queria o modelo agrovila ou as casas nos lotes?**

Eu pretendia de outro jeito, era lá no lote.

**Queria assentar a casa lá no lote?**

É, porque na agrovila, é longe pra se trabalhar, é mais separado pra criar os bichos, uma galinha, né, é mais fácil...

**Então, vocês queriam no lote?**

É, porque é o local de trabalhar mesmo.

**É longe daqui?**

É bem longe, eu saio às quatro horas da madrugada e só venho à noite, quando findar tudo.

**Você tem uma barraquinha?**

É, debaixo de um pé de pau. Vou fazer um quartinho agora, porque no tempo do inverno é ruim de trabalhar. Mora-se longe, tem que voltar...

**Aí você vai dormir lá à noite?**

É se precisar e se tiver chovendo, lá mesmo fica, né...

(J., 44 anos)

Agrovila não foi muito apoiada pelo grupo, ela veio, tudo bem, aqui está e nela nós estamos, mas as dificuldades ficaram muito grandes pra quem tem o seu trabalho mais distante de casa. Se tivesse havido uma concordância que essa moradia tivesse se expandido individual, em cada lugar de cada um, eu acho que tinha sido melhor de que agrovila...

(J.E., 51 anos)

Uma outra razão é a de que, a proximidade entre as casas dificulta a criação de animais de pequeno porte como galinhas, bodes, guinés, pois, estes com frequência invadem o “terreiro” do vizinho, dando margem a desentendimentos, como disse um senhor:



Não dá certo porque o pessoal sempre cria alguma coisa, entendeu, e pronto, o bicho ali está solto, aí vai entra na casa de fulano, a comer o milho de fulano, aí vem aquela confusão, aí se torna aquela rixa, um vizinho com o outro, acho que é por isso que o pessoal está assim, meio... até pra reunião não vem... eu acho que não foi votado isto aí, foi uma decisão mesmo do INCRA né, fazer essas casas assim.

(J. 44 anos).

A falta de privacidade também é citada. A existência de “vizinhos”, num significado muito próximo daquele entendido na cidade, dá margem ao surgimento do que chamam “fofocas”, “picuinhas”, “um olha a vida do outro”, como revelou uma mulher assentada:

Eu tô achando que tinha sido melhor na parcela do que na agrovila, mas já tinha a questão da energia, da água...

Porque tinha mais condição, livrava de conversinha, o que desgraça mais uma pessoa dentro da agrovila é a picuinha, muita conversinha, às vezes tem uma pessoa boa, às vezes tem outra mais ignorante...

Na parcela é melhor, né, é melhor, pra gente trabalhar é melhor...

(D. M. 46 anos).

Em síntese, as casas são distribuídas espacialmente em quatro agrovilas: Lajinha, Macaco, Cumaru e Formigueiro. Todas elas são padronizadas quanto ao modelo, e possuem as mesmas medidas: seis metros de frente por nove metros de fundos. Alguns construíram por conta própria um pequeno alpendre na frente. Outros, que criam animais como bodes ou galinhas no “terreiro”, fizeram um tipo de cerca típico da região, chamada “faxina”, feita com varas unidas, que dispensa o uso do arame farpado. As casas não apresentam áreas funcionais adequadas ao trabalho agrícola, sendo que não foi previsto um espaço para depósito de ferramentas, nem para armazenamento de produtos.

O exemplo da decisão sobre o modelo da distribuição espacial das casas demonstra que o assentamento Zé Marcolino é regido por um conjunto de normas oficiais “externas” que nem sempre estão em consonância com a vontade geral dos assentados, além de contrariar a própria “cultura” dos mesmos, através da imposição de um modo de vida que,

ao se aproximar de uma pequena cidade, se opõe à tradição *sitiante* dos camponeses da região. É a constatação de que as entidades mediadoras, até mesmo, as representantes do Estado, tendem a implementar políticas unilaterais, às vezes inviáveis, totalmente incompatíveis com os modos de vida tradicionais das comunidades.

### O TRABALHO COMO VALOR

De acordo com Ellen Woortmann e Klass Woortmann (1997), o “trabalho da terra” envolve uma “lógica” e uma “simbólica” que vão além da compreensão do trabalho apenas enquanto meio prático de se obter as condições materiais de existência. É uma compreensão não-utilitarista do trabalho, que não o interpreta unicamente como a transformação da natureza para o suprimento das necessidades humanas, segundo uma noção puramente pragmática ou funcionalista. Mas, como a transformação da natureza pelos homens, de acordo com múltiplos sentidos e símbolos, fornecidos pela sociedade, e que pertencem ao campo do imaginário, dos valores, da moral, das idéias. Em uma palavra: a cultura.

Nessa perspectiva, a terra não é entendida como “objeto” de trabalho, mas como expressão de um sentimento. A terra se assemelha a uma boa mãe que alimenta os filhos, sendo digna de respeito e cuidado. Em vez de ressaltar o seu aspecto exterior, ou seja, o de unidade de produção, enfatiza o contexto das valorações éticas que envolvem o “lidar” com a terra. Trata-se “de valores sociais; não do valor-trabalho, mas do trabalho enquanto um valor ético” (Woortmann, 1997:35).

Neste sentido, a terra pode ser *bem tratada* ou *mal tratada*, daí derivando uma importante classificação entre os assentados de Zé Marcolino, qual seja, a que diferencia o *bom trabalhador* do *mau trabalhador*. O primeiro corresponde àquele que tem dedicação

integral à vida no assentamento. Tem o roçado “bem tratado” e tem “zelo”, limpando o mato, passando o arado na terra nas épocas de plantio, o que resulta em boa colheita. Possui reservas de palma para a seca e faz a silagem do capim para alimentar o gado. Cultiva a maior variedade de legumes e hortaliças, como jerimum, batata, coentro, ou plantas medicinais e que possui os animais mais “bonitos.” Sua prosperidade é interpretada como fruto direto de seu cuidado, esforço e organização. Outra importante característica do *bom trabalhador*, diz respeito, sobretudo, à sua postura ética. Ele é conhecido por dedicar-se somente ao seu labor diário, não se envolvendo em confusões, “fofocas” e desavenças. Também não se envolve em “negócios paralelos”, como troca e venda de objetos na cidade, como relógios, bicicletas, carvão, motos etc. Observei que a comercialização de artigos, no âmbito da zona urbana, não é vista como correta pela maioria dos assentados, uma vez que, eles entendem que deve ser dada exclusividade ao trabalho no campo. Entretanto, os que se valem dessa prática, argumentam que o fazem por necessidade, para complemento da renda.

A concepção do trabalho como sinônimo de *cuidado*, pode ser verificada pelo cultivo de plantas medicinais no “terreiro” (espaço que circunda a casa) de algumas moradias. As ervas são plantadas bem próximas à horta, o que demonstra uma idéia de complementaridade para o *bem*: de um lado, *o alimento*; de outro, *o remédio*, dois elementos que simbolizam o “cuidar.” Aprendi que o capim-santo é “bom” para problemas do estômago; a erva doce tem função calmante; a hortelã da “folha grossa” é utilizada no fabrico do “lambedor”, um xarope a base de ervas e açúcar; a hortelã da “folha miúda”, por sua vez, serve contra verminoses; a erva cidreira, boa para o funcionamento do intestino; o sabugueiro, para controlar a pressão. Em seu conhecimento popular, os assentados encontram nas plantas, remédio para a cura de vários incômodos. O interessante é que, cabem às mulheres o cuidado com as hortas e as ervas medicinais, assim como a



alimentação das aves e a coleta dos ovos, tendo em vista a idéia de serem “ocupações de mulher.” Quando indaguei o porquê desta exclusividade, obtive a seguinte resposta: “é porque é mais fino,” em contraposição ao trabalho masculino, categorizado como “trabalho grosso.” O cuidado com os serviços da casa são de responsabilidade também das mulheres. O “cuidar da casa” é tão importante quanto o “cuidar do roçado,” mas, ambos aparecem como universos distintos, demarcando uma diferenciação de gênero, pois:

A noção de trabalho, como categoria subjetiva, e o processo de trabalho, como encadeamento de ações, marcam distinções de gênero. Neste contexto cultural, como em outras formas camponesas do Brasil, a categoria trabalho só se aplica ao homem, mais especificamente ao pai de família. No espaço da roça no sítio, a mulher, os velhos e os não-adultos em geral não “trabalham”; sua atividade se define como *ajuda*. É só no âmbito da casa que a atividade feminina é considerada trabalho (ainda que menos valorizado), marcando assim espaços de gênero (WOORTMANN, 1997:134).

O segundo tipo, o *mau trabalhador*, por sua vez, é visto como “sem coragem”, “que não dá para o serviço”, “que não tem força para trabalhar”, “que fica só esperando o crédito para gastar”, se envolvendo em negócios “fora” do assentamento.” Percebi que, geralmente, tendem a ser vistos assim os agricultores que não conseguem, após certo tempo, uma mínima estabilidade financeira. São conhecidos por não “cuidar” dos recursos que recebem, através dos programas de fomento e crédito. Assim, não conseguem usufruir de maneira eficaz desses recursos (que também não são muitos), para a obtenção dos meios de vida que o assentamento pode oferecer. Em decorrência disso, acabam, muitas vezes, abandonando o assentamento. Para se ter uma idéia, cerca de 20% das casas se encontram desocupadas. Este “tipo” de assentado geralmente é enquadrado também entre aqueles conhecidos por criar constantemente atritos. “Quem fica trabalhando sua terra não tem tempo pra fazer confusão”, disse um informante. De acordo com o estatuto da associação, a

expulsão de um assentado ocorre se a maioria da assembléia entender que o mesmo está realmente sendo motivo de perturbação ou se estiver ausente das atividades do assentamento em geral, e da associação, em particular.

Entretanto, nunca houve um caso em que alguém, de fato, tenha sido legalmente obrigado a deixar o assentamento. Mas, algumas vezes esse processo quase se concretizou. Por exemplo, na questão sobre a venda do pasto, que é área coletiva, por iniciativa particular de alguns assentados. Este foi um dos casos mais polêmicos e tensos já ocorridos, resultando até mesmo em ameaças, conforme consta em ata:

O presidente da associação disse que o sr. J. e o sr. F. por meio de palavras ameaçaram o sr. M. e o sr. A. de morte, pois, alegaram que qualquer pessoa que colocasse bicho dentro do roçado deles iria morrer. Foi relatado pelo sr. J. que eles não poderiam ter vendido o pasto, pois, o capim que tem não foi plantado por eles. Sendo que a palha ele podia vender, mas o capim não. E diante de tanta polêmica, o sr. M. destacou que essas ameaças não podiam acontecer e esses valentões têm que sair do assentamento (18/7/2005).

A situação foi apresentada ao INCRA, sendo que, a maioria aprovava a saída dos “perturbadores.” No entanto, o órgão protelou a decisão para que as coisas voltassem ao equilíbrio e, conseqüentemente, com o passar do tempo, os entendimentos voltaram, e acabou nada sendo feito. Exemplos como este demonstram uma certa dificuldade dos assentados em lidar com o *caráter eminentemente coletivo da vida no assentamento*.

Características como, o fato de as decisões serem tomadas pela vontade de uma maioria; e a obrigatoriedade da participação em assembléias que deliberam sobre assuntos que, muitas vezes, contrariam a vontade individual, os coloca em face de um exercício, às vezes, não muito bem compreendido. Isso porque, para os atuais assentados, a vida em convivência coletiva, em um mesmo espaço, regido por normas e leis, se apresenta como um *novo* modo de sociabilidade, a qual historicamente, não são acostumados. Isso porque,



a “vida de assentado” exige uma permanente diferenciação entre o que é coletivo - *de todos* e o que é individual - *meu*.

O que é *de todos*, por determinação advinda, não dos assentados, mas da lei, são as matas, as várzeas, as margens dos rios, as estradas, o pasto, as agrovilas, os açudes, os animais silvestres etc.

O que é *meu*, é a casa, são as ferramentas, os animais de criação, a parcela etc. Observei a ocorrência de uma freqüente confusão no entendimento dessas categorias, caracterizada por uma permutação conceitual, isto é, ora *o que é de todos, é meu*, ora *o que é meu, é de todos*. Por exemplo, na questão sobre a iniciativa individual de um assentado em cercar a barragem, como consta em ata:

O sr. C. falou e tumultuou a reunião, com muita falta de educação. Ele disse que iria fazer o cercado na barragem, que podia ser uma questão encaminhada para a justiça, pois ele disse em tom de ironia que já ganhou uma, ganhava todas. Ele sempre em tom alto, questionando e ditando que fazia o que queria. P. disse que não pode ser vendido pasto dentro do assentamento. M. falou sobre a pastagem que tem que ser usada por todos e principalmente com respeito, pois, quando for no tempo, será aproveitada (20/8/05).

Esses desentendimentos, em decorrência de uma ainda incompleta disciplina de convivência coletiva, faz do assentamento Zé Marcolino um espaço em que certos conflitos têm, permanentemente, que ser contornados.

Associado a isso está outra característica fundamental do assentamento: ser gerido “de fora.” Em outras palavras, os funcionários do Estado, bem como as entidades mediadoras (MST, Projeto Dom Helder, CPT) desempenham ações que mantêm os assentados em permanente exercício no que tange às suas atividades e decisões. Medidas que dizem respeito à fiscalização, a empreendimentos técnicos, à organização política, à liberação de créditos, todas elas exigem respostas num tempo geralmente curto. Isso



demanda dos líderes do assentamento habilidades como conhecimentos de leis, “falar em público”, capacidade de negociação, controle contábil etc., colocando-os em face de problemas com os quais nunca haviam lidado.

Esta espécie de “qualificação” exigida pela “vida de assentado” significa uma mudança brusca no “jeito de ser” da maioria dos camponeses da região que, em suas relações tipicamente caracterizadas pela tríade casa-terra-família, não tinham a necessidade de comportar, em suas representações sociais, tais noções. De modo que, neste sentido, o assentado tem sua autonomia diminuída, pois, freqüentemente tem que prestar contas ao Estado e às organizações da sociedade civil. No entanto, observei que o processo cotidiano de aprendizagem, que cresce à medida que se consolida o assentamento, vem resultando em um, cada vez melhor, contorno dos conflitos e num aperfeiçoamento gradativo de adaptação nessa particular forma de convivência.

Para superar esses problemas, constatei que os assentados evocam em seus discursos o valor da “união da comunidade”, a “necessidade de agir coletivamente.” Enaltecem a identidade comum a todos: são, antes de tudo, “agricultores”, “trabalhadores de enxada”, que compartilham um mesmo espaço, sob a mesma condição – “assentados.” Assim, em seus discursos, salientam que devem lutar pelo engrandecimento do assentamento, enquanto coletividade, deixando de lado os interesses de cunho individual. Enfatizam que “lutaram muito para estar ali”, e precisam valorizar ao máximo esta conquista. Reconhecem as dificuldades, mas acreditam no ideal da comunhão de forças, no poder da ação harmoniosa do grupo, para atingir seus objetivos. Dizem que somente a união pode conduzi-los ao desenvolvimento. Como disse um informante, “se continuar assim, cada um indo pelo seu interesse, o assentamento vai de água abaixo. Temos que nos unir mais e agir para o bem de todos.”

## O “ANTES” E O “DEPOIS”

A “vida de assentado” em Zé Marcolino é perpassada por uma série de problemas. Situações de precariedade em muitos aspectos. Por exemplo, falta posto médico, escola, saneamento, sendo que a energia só foi colocada no final de 2005.

Apesar disso, todas, sem exceção, as pessoas com as quais conversei revelaram que a vida havia melhorado depois que chegaram ao assentamento, e que se sentiam, acima de tudo, “felizes” por serem assentadas. Apesar dos dilemas enfrentados, deixam transparecer a importância da oportunidade de “morar em casa própria” e da conquista de “um pedaço de terra”, oferecidas pelo assentamento, além do “gosto” pelo convívio com o “mato”, em detrimento da cidade, oposição que marca o *ethos* camponês, como pode ser percebido nas palavras desse informante:

Dá para viver, dá muito bem para viver, porque ruim é quando você não tem nenhum quadro de terra. Eu mesmo nunca sonhei ter pelo menos uma casinha dessa. Hoje eu moro numa casa dessa adquirida e as terras adquiridas. Então a gente tem que ficar satisfeito. Eu mesmo estou muito satisfeito, eu dou graças a Deus todo dia quando me levanto, quando me deito e quando me levanto, sem mentira nenhuma. Sou muito do mato, não gosto de rua, meu negócio é só esse mato.  
(A.58 anos)

A identidade camponesa se revela por uma certa aversão à cidade, ou seja, a “rua”, que é vista sob o ângulo negativo no que se refere às formas de convivência humana, às condições de vida e de sobrevivência, às diferenças sociais e à educação dos filhos. A cidade aparece como um lugar de violência, de pobreza, das drogas, dominado pelas relações mercantis, “tudo é comprado”, lugar barulhento, difícil de garantir a sobrevivência, onde predomina o desemprego. O meio rural, ao contrário da cidade, é percebido como um lugar calmo, onde todos se conhecem, que oferece de maneira mais direta aquele é um dos

elementos essenciais da vida humana – o trabalho. Para os assentados, o campo é o lugar natural de quem vive do labor agrícola, o que associa esta atividade produtiva a um espaço específico e a um modo de vida.

Os assentados enfatizam as mudanças positivas que já experimentam em suas vidas e a esperança de criar os filhos e netos em condições mais favoráveis do que tiveram seus antepassados:

Era difícil, muito difícil, difícil demais para se viver naquela época... é, hoje em dia, hoje em dia ainda vejo gente dizer que a época boa era aquela época atrás. Que nada, não era nada de bom, não era nada bom não, porque os pais da gente sofreram muito, sofreram muito, sofreram muito, muito mesmo. Nós da idade que nós estamos hoje, nós não sofremos nada graças a Deus, mas os pais da gente sofreram muito.

(J. 58 anos)

Muitos lembraram de suas trajetórias de vida. O sofrimento de quando eram moradores dos fazendeiros da região. As sucessivas expulsões das terras. As viagens para São Paulo, como retirantes. A saudade da terra onde nasceu e a esperança de um dia voltar. A vida inteira como agricultor em terras dos “outros”. Vicissitudes da vida de camponeses sem-terra e de famílias pobres, que parecem encontrar nos assentamentos da reforma agrária uma possível alternativa de melhoria das condições de existência.

Um dos entrevistados, por exemplo, estava morando em Brasília, onde trabalhava como cobrador de ônibus. Quando soube que sua mãe havia sido assentada, se mudou com a esposa e um filho para Zé Marcolino, para também se assentar. “Eu tinha muita saudade. Lá o trabalho era perigoso e ganhava pouco. O dinheiro só dava pra pagar o aluguel.”

Desta feita, o assentamento é visto como um lugar que proporciona *uma relativa estabilidade, que possibilita ficar perto da família e que oferece moradia e uma opção de trabalho através do cultivo da terra*. Embora as dificuldades sejam reconhecidas pela grande maioria, sendo a situação de assentado, algumas vezes, definida pelo termo



“abandono”, “esquecimento”, há a prevalência do *otimismo* e da *esperança*, cujos discursos se concentram muito mais na possibilidade de desenvolvimento, através do próprio esforço, desde que haja “vontade de trabalhar”. Demonstram muita força de vontade, expressa por palavras como, “coragem”, “suor”, “disposição” e acreditam que a vida está melhorando. Mas, sempre destacam que a melhoria só vem para quem “realmente quer trabalhar.” “Depois de dois invernos, se o camarada não produzir nada, é culpa dele, é porque é preguiçoso,” afirmou um senhor.

Pude ver que muitos já conseguem produzir razoavelmente: “três anos de fartura. Até agora, graças a Deus, três anos de fartura. Fiz trinta sacas de milho e vinte e cinco de feijão esse ano”, disse satisfeito um dos pioneiros da luta, que, desse total, vendeu a metade, deixando a outra metade para a alimentação da família e como *fundo de manutenção*, caracterizando o *ethos* camponês. Dos gêneros cultivados, quando pedi para que dissessem um conjunto daqueles que são considerados os mais importantes, todos os entrevistados disseram que o milho e o feijão são os primeiros. A partir do terceiro gênero, ocorrem variações entre a batata, o jerimum, a palma, o algodão e o capim. Curiosamente, quando indagados sobre serem “mais agricultor” ou mais “criador”, todos responderam: “eu sou agricultor.” É que neste contexto, “criador” está mais associado ao grande proprietário, que “vende” seu gado. Assim, ainda que criem vacas, galinhas ou bodes, como é para a alimentação da família, os assentados não se consideram “criadores.”

Chamou-me a atenção o fato da maioria dos entrevistados concentrarem suas falas na comparação entre o modo de vida atual e o anterior, segundo o ideal da *liberdade* alcançada:

Muita. Muita melhoria, depois que eu cheguei aqui no assentamento. Lá onde eu morava, lá, bem dizer, não era meu, né. E eu ia trabalhar, e mais de terça para o patrão. E ainda era sujeito a fazer tudo... e deixar a parte pra ele, deixar tudo. O caba não tinha o direito de nada. E depois que eu vim pra aqui, achei bom, porque tem a liberdade. Quem tiver cuidado, quiser trabalhar, tem a liberdade. E lá a gente não tinha

isso...é...terra pra gente trabalhar, né, que a gente, graças a Deus, depois que eu cheguei aqui, nunca mais comprei um quilo de milho, nem um quilo de feijão. Não comprei mais e já faz três anos, né, que estou aqui. Não comprei mais e graças a Deus dá de sobra.  
(A. 44 anos)

Não ser “mais sujeito” a ninguém significa assumir o comando do processo de trabalho. Escolher livremente *o que, como e a que tempo* produzir, com a certeza de que parte da produção não será mais transferida obrigatoriamente para o patrão, condição fundamental que marca o *ethos* camponês. A sensação de liberdade provém de uma situação objetiva de independência. Neste sentido, os assentados fizeram uma comparação entre o momento atual e o tempo do “regime de patrão”, este expressado por palavras como “humilhação”, “cativeiro”, “escravidão” e “exploração”. São termos que, em todos os significados, definem uma situação de subordinação a alguém de “poder”, que impõe “medo”. Referem-se à perda do controle sobre o processo de trabalho, sobre o cálculo que preside as operações produtivas, comerciais e de consumo, sobre a distribuição do tempo entre lazer e trabalho, sobre os limites entre vida doméstica e vida produtiva. De acordo com L. Eduardo Soares (1981) a existência do patrão retira do camponês, inclusive, o domínio sobre noções como “cansaço e doença”, interferindo quanto à “divisão do tempo familiar e individual, entre o trabalho duro na roça e o descanso, as palestras e as brincadeiras” (Soares,1981:37).

Alguns lembraram o quanto eram subjugados, tendo que dar parte da produção ao proprietário, podendo, a qualquer momento, serem expulsos das terras:

Ruim é o cara trabalhar na terra dos outros, pagando terça, e não tem direito a tirar um feixe de ração, não tem direito a nada... a gente ficou tudo doído com vontade de vir pra cá.  
(A. 44 anos)



Porque é como se diz a história, hoje em dia se tem onde morar, mas naquela época não se tinha onde morar. Eu estava morando na fazenda de um fazendeiro desse aí, até a hora em que ou você agüentava ou o patrão queria. Quando ele não queria mais, dizia, você, nós não precisamos mais de você. Eu não quero você mais, você tem que ir pra outra, você tem que sair. Ou então você não agüentar mais, né, não agüentar mais o regime do patrão ou se não alguma coisa (T. 58 anos).

De fato, o “regime de patrão” se configura como a pior lembrança do “tempo passado,” caracterizando-se, além da obrigação serviçal, pela instabilidade provocada pela freqüente iminência de expulsão das famílias das terras.

Um ex-morador, o sr. Totinha, da então fazenda Serrote Agudo, falou da sua história de vida, marcada pelas sucessivas e humilhantes expulsões de sua família das terras:

A primeira expulsão ainda é lembrada e se deu em 1959, quando da introdução do gado bovino na fazenda, uma vez que, os cultivos de gêneros de subsistência como o milho e o feijão, tiveram que dar lugar às plantas forrageiras:

Sáimos porque na época [o fazendeiro] vendeu a um rapaz do sul, e quando ele tomou conta daqui ele não quis mais nenhum morador mais, não quis nenhum morador, negócio dele era só criatório, não queria mais morador.

A ação de expulsão era imediata e agressiva, e se dava através da destruição dos roçados:

A ordem do rapaz é essa, eu não quero morador...e ele chegou e deu a ordem como se fosse assim bem cedo e no outro dia cedo já amanheceu os animais dele dentro da roça de meu pai. Aí foi onde meu pai tomou providência e teve que sair mesmo.

Como típicos retirantes, não só a sua família, como a de mais vinte moradores que viviam em pedaços de terra dentro da fazenda, tiveram que procurar abrigo sob os pés de outros fazendeiros, havendo inclusive separação entre os membros da família:



As outras famílias também tomaram outros destinos, meu pai foi morar no Cachingó, nessa época meu avô foi morar na Acauã, o pai de meu pai... Outros todos... esse pessoal foram para o Formigueiro... ainda hoje tem esse pessoal, que ainda mora no Formigueiro... e já se passou para a fazenda vizinha... A gente ficou no Cachingó de 59 a 66.

Em 1966, a família se retira novamente, pois já sentiam dificuldades de subsistência, devido às duras restrições impostas pelo patrão à vida dos seus moradores:

Era um patrão... a regra dele era quem fosse morador dele não criasse e vivesse apenas ou somente da agricultura, do milho, do feijão e algodão, agora não tinha o direito de criar, você não podia criar nada. Nunca foi dado ordem pra nenhum morador dessas propriedades antigas criar nada. Daqui mesmo, meu pai quando saiu daqui, ele tinha, naquela época, um pai de família não podia criar uma vaca de leite, mas podia criar uma cabra de leite, e quando a gente chegou no Cachingó a primeira coisa que ele fez, não queria que criasse nada, nem mesmo uma cabra de leite pra dar leite a um filho.

A partir de então, começam a ocorrer mudanças na vida do nosso entrevistado. O aumento da responsabilidade com a morte do pai, o casamento, o nascimento dos filhos e as primeiras viagens para São Paulo, em busca de melhores condições de vida:

Em 66 fomos para outra fazenda mais vizinha, né, Acauã, aí ficamos até mais ou menos 70. Meu pai faleceu em 71. Já naquelas alturas, como se diz a história, eu fui tomando conta de mim. Aí eu já não participava mais diretamente da família, já fui tomando conta de mim (...) Casei no ano de 72, aí fiquei poucos tempos também na casa do meu sogro. Aí então tomei conta de uma casa e passei a ser morador desse antigo fazendeiro, que é seu Ramos. Aí eu passei a ser morador dele também, aí morei de 72 a 76 (...) aí fui para São Paulo em 76, eu tinha dois filhos pequenos na época, aí fui (...) passei cinco a seis meses sem a família lá, fui só. Aí quando foi cinco a seis meses eu fui... trabalhei (...) fiz um jeito e levei a família para lá. Aí eu passei de 76 a 84.

O entrevistado fala da ilusão da vida em São Paulo, onde as condições de vida podem ser até piores, devido à violência, ao desemprego e às más condições habitacionais. Transparece também em seu discurso o constante desejo de voltar para sua terra natal, “sonho” materializado pela criação do assentamento:

Quando eu saí pra morar em São Paulo, eu ouvia muita gente dizer assim: eu moro em São Paulo, moro no Rio. Mas só Deus sabe onde a gente mora em São Paulo e Rio, né. Tem canto que é pior dez mil vezes que aqui no Nordeste. Aí voltamos para a Prata, aí eu consegui comprar uma casinha, graças a Deus, consegui comprar uma casa na época. Aí deixei a família e comecei a voltar pra São Paulo de novo. Aí eu ia e voltava. Trabalhava uma época lá e uma época aqui. Até que quando foi uma época aí eu parei. Quando foi já em 94 para 95 aí eu trabalhava, eu trabalhei de vaqueiro numa fazenda, quase dois anos. Depois eu abusei de trabalhar de vaqueiro, agora vou andar em São Paulo de novo, né. Passei mais um ano e quatro meses. Aí, se o espírito não me engana, voltei em setembro, outubro de 95. Em 95 a gente veio e ficamos morando na rua, eu arrumei um empregozinho, em 95. Eu arrumei um emprego na prefeitura de 95 a 99.

Foi quando, no final de 2000 para 2001, começa a questão aqui do assentamento...

A “nova vida” encontrada no assentamento é resumida por um dos entrevistados com as seguintes palavras:

*Quem vive no regime de patrão é o maior cativo da vida. Hoje, eu posso dizer, hoje eu tenho a minha liberdade.*

(J. E. 54 anos)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meu contato direto com um pouco da vida “como ela é” dentro de um assentamento rural, foi uma experiência ímpar. Serviu-me de aprendizado, não só acadêmico, mas, sobretudo, pessoal.

Pude ver, na rugosa realidade, como um conjunto de 87 famílias se organiza para tornar a vida possível, em um ambiente ainda não completamente estruturado e, em alguns aspectos, muito precário. Um pouco da “vida de assentado”, perpassada por vários problemas, principalmente, a ineficiência do Estado, em implementar, até mesmo, as mínimas medidas necessárias ao desenvolvimento e ao bem-estar de todos.

À guisa de conclusão, vimos que no início da “luta pela terra” os agricultores vivenciaram o dilema relativo à ocupação. A questão da *ética* dos camponeses do Cariri, para quem “tomar a terra alheia não é coisa de Deus”, dificultou, até mesmo, o preenchimento de todas as vagas do assentamento, empreendimento levado a cabo, entretanto, pelos integrantes do MST. Apesar da inexistência de confrontos, percebi, nas palavras dos que se envolveram, mesmo daqueles que “entraram” somente após a saída do proprietário, o quanto esse processo pode ser árduo, incerto e, sobretudo, arriscado. As ameaças de “surras” e emboscadas são uma constante, daí não serem, no Brasil, incomuns tantas mortes por causa da questão da terra.

Sob alguns aspectos, o assentamento se apresenta como um modo de vida novo e “estranho” para a grande maioria dos camponeses do Cariri, acostumados a viver apenas segundo o núcleo tripartite casa-terra-família. Assim, é no âmbito das reuniões da associação dos assentados, que as regras são aprendidas e renovadas, por exemplo, a



proibição da utilização indevida das áreas coletivas. São nas reuniões que ocorrem as advertências aos que se “desviam” de cumprir as normas de funcionamento, se dão as discussões em torno das propostas de melhoria e, até mesmo, onde ocorrem os momentos de desentendimento. Os assentados exercitam continuamente a adaptação ao caráter *coletivo* da vida no assentamento, fato que contraria a lógica da *independência familiar camponesa*, procurando instrumentalizar discursos que sempre evocam o valor da “união” e “da coletividade,” em detrimento do “egoísmo e da individualidade.” Além disso, o assentamento Zé Marcolino é um espaço regido por normas, criadas, em sua grande maioria, não pelos assentados, mas pelo Estado. Determinações que nem sempre estão em consonância com a vontade geral dos assentados. Isto pôde ser percebido pelo exemplo da questão da decisão entre o modelo “agrovila” ou “casa no lote.” Vimos que prevaleceu a decisão do Estado, representado pelo INCRA, que praticamente impôs o primeiro modelo. Os assentados foram contra esse modelo em razão de uma série de fatores, mas o principal foi de ordem cultural, pois, tradicionalmente, os camponeses da região do Cariri preferem cultivar seu próprio “sítio”, onde “já se amanhece no próprio local de trabalho.” Este fato demonstra que nem sempre a implementação de políticas públicas leva em consideração “o saber local” e as representações sociais das comunidades por elas afetadas.

Por último, sendo esta a parte que mais quero destacar, vimos que os assentados de Zé Marcolino, apesar de todos os dilemas vividos, acreditam que a “vida melhorou” depois que vieram para o assentamento. Tal situação é expressa por palavras como “esperança”, “trabalho” e “fartura” e, sobretudo, pelo ideal da “liberdade alcançada.” Falam do antigo “regime de patrão” como “tempo de cativo.” E expressam que o “tempo de agora” é incomparavelmente melhor que o “tempo passado.”

Sem dúvida, a principal razão que une os assentados e mantém viva a luta, que agora é pela *persistência* na terra, é a evocação do discurso da identidade, daquilo que há

em comum a todos: são camponeses que passaram grande parte da vida trabalhando em “terras dos outros”, e que, pela primeira vez, têm a possibilidade de morar e trabalhar numa terra que lhes pertencem. A certeza de que todo o fruto de seu trabalho será para o “viver” da sua família é a razão maior, que move a vida dos assentados de Zé Marcolino. A dureza das experiências vividas, como “morador mandado”, a instabilidade constante provocada pelas expulsões das terras, são situações lembradas e definidas pelos assentados pelo termo *sofrimento*. A chegada ao assentamento, por sua vez, oferece situações nas quais se imbricam a perspectiva de trabalhar com maior liberdade, o viver melhor, o poder controlar o uso do seu tempo e o produto do seu trabalho. Mesmo convivendo com a ambigüidade de intervenções governamentais vistas como inadequadas, uma das maiores satisfações de um assentado é dizer: “hoje eu tenho minha casa e trabalho no que é meu.”

Portanto, a criação dos assentamentos da reforma agrária no Cariri, especificamente no caso do assentamento Zé Marcolino, tem promovido um verdadeiro movimento de retorno dos camponeses às suas terras. E, principalmente, a “libertação” da figura vista como opressora, do patrão e do fazendeiro, o que representa para os assentados a conquista da *autonomia*, em relação ao controle sobre o *tempo*, o *modo* e o *resultado do trabalho*, elemento tão inerente ao *ethos* camponês.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BOAS, F. "Raça e progresso." In: Celso Castro (org). *Antropologia Cultural*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. In: ORTIZ, R. (org). *Sociologia*. Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo. Ática, 1983.
- CANDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. 8ª edição. São Paulo. Ed. 34., 1997.
- CANIELLO, Márcio. "De Sertanejo a Retirante: os dilemas da identidade camponesa em *A Bagaceira*." In: *Modernidade e Pobreza: as ciências sociais nos anos 90 – Anais do V Encontro de Ciências Sociais do Nordeste*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 1991.
- \_\_\_\_\_. *O Ethos Brasília: sociologia histórica da formação nacional: 1500 a 1654*. Recife, 2001. Tese Doutorado em Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco.
- CANIELLO, Márcio & DUQUÉ, Ghislaine. *PDA – a participação subtraída*. Anais do XII Encontro de Cientistas Sociais do Norte e Nordeste. Belém, UFPA, 2005 a.
- CANIELLO, Márcio & DUQUÉ, Ghislaine. *Agrovila ou Casa no lote: a questão da moradia nos assentamentos da reforma agrária no Cariri paraibano*. Anais do XII Congresso Brasileiro de Sociologia, Belo Horizonte, 2005 b.
- CASTRO, Josué de. *Sete palmos de terra e um caixão*. São Paulo. 3ª edição. Editora Brasiliense. 1969.
- CHAVES, Christine de Alencar. "A Marcha dos Sem-terra: estudo de um ritual político." In: PEIRANO, M. (org) *O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará, 2001.
- CHAYANOV, Alexander. "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas." In: SILVA, J. G., STOLEBE, V. *A questão agrária*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981.
- COMEFORD, Luiz. "Reuniões camponesas". In: PEIRANO, M. (org) *O Dito e o Feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro. Ed. Relume Dumará, 2001.
- CUNHA, Euclides Rodrigues Pimenta da. *Os Sertões*. 3ª edição. Brasília. Ed. UNB. 1963.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico e outros textos*. In: Os Pensadores. São Paulo. Ed. Abril, 1978.
- ESTATUTO DA TERRA. Coleção Saraiva de Legislação. São Paulo. Saraiva, 1999.



- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 49ª edição. São Paulo. Global Editora, 2004.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro. LTC, 1989.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo. 26ª ed. Companhia das Letras, 1997.
- INCRA, *Documento de Instrução Normativa*. Brasília. Publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- LEBSA, Nadine Gualberto Agra. *Política agrária e o desempenho socioeconômico em assentamentos emancipados – o caso Mucatu*. C. Grande, 2002. 155p. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) Universidade Federal de Campina Grande.
- LEITE, S., HEREDIA, B., MEDEIROS, L. et. al. *Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo. Ed. UNESP, 2004.
- LOBATO, Monteiro. “O Jeca-tatu” In: *Obras Completas*. São Paulo. Brasiliense, 1959.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Coleção Os Pensadores. 2ª edição. São Paulo. Abril Cultural, 1978.
- MEDEIROS, L., ESTERCI, N., BARBOSA, M. et. al. *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo. Ed. UNESP, 1994.
- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2ª edição. Petrópolis. Vozes, 1986.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1978.
- MOREIRA, Emília. In: BAMAT G., NETO, G., (org) *Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba*. João Pessoa. UFPB, 1998.
- MOREIRA & TARGINO. In: SANTOS, T. F. (org) *Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste: questões atuais e emergentes*. Recife. FJN. Ed. Massangana, 2000.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo. Expressão Popular, 2001.
- NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói. EDUFF, 1997.
- OLIVEN, Ruben George. *A Antropologia de Grupos Urbanos*. 4ª edição. Petrópolis. Vozes, 1996.
- PALÁCIOS, Guillermo. *Campesinato e escravidão no Brasil: agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília, Editora da UNB, 2004.

- PRADO Jr., Caio. *A questão Agrária no Brasil*. São Paulo. Brasilienses, 1978.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil*. São Paulo. Livros Técnicos e Científicos. EDUSP, 1976.
- REDFIELD, Robert. *Peasant Society and Culture*. Chicago. The University of Chicago Press, 1956.
- REVISTA TERRA DA GENTE. Brasília, Publicação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, triênio 2003- 2005. Janeiro, 2006.
- SILVA, José Graziano da. *O que é questão agrária*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Brasiliense, 1996.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Campesinato: Ideologia e Política*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1981.
- SOTO, William Gomes. "A sociologia rural no Brasil." In: *A produção do conhecimento sobre o mundo rural no Brasil: as contribuições de J. de Souza Martins J. Graziano da Silva*. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2002.
- SYDERSKI, Pablo. *Sobre a especificidade do pequeno produtor*. Série textos para debate, nº 36. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991.
- TORRENS, João Paulo Sampaio. "O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Sem Terra." IN: LEITE, S., MEDEIROS, L. (org). *Assentamentos rurais uma visão multidisciplinar*. São Paulo. Ed. UNESP, 1994.
- TURNER, Victor. *O Processo ritual*. Petrópolis. Vozes. 1974.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "Morar e trabalhar: o ideal camponês dos assentados de Pitanga." In: MARTINS, J. S. (coord.) *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Ed. UFRGS. Porto Alegre, 2003.
- WEISHEIMER, Nilson. *Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: Um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz/RS*. Porto Alegre, 2004. 193 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. 2ª edição. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1976.
- WOORTMANN, Klaas. "Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral." In: Anuário Antropológico. Brasília. Ed. UnB, 1990.
- WOORTMANN, K., WOORTMANN, E. *O Trabalho da Terra*. Brasília. Editora UnB, 1997.

**ANEXO: FOTOGRAFIAS**



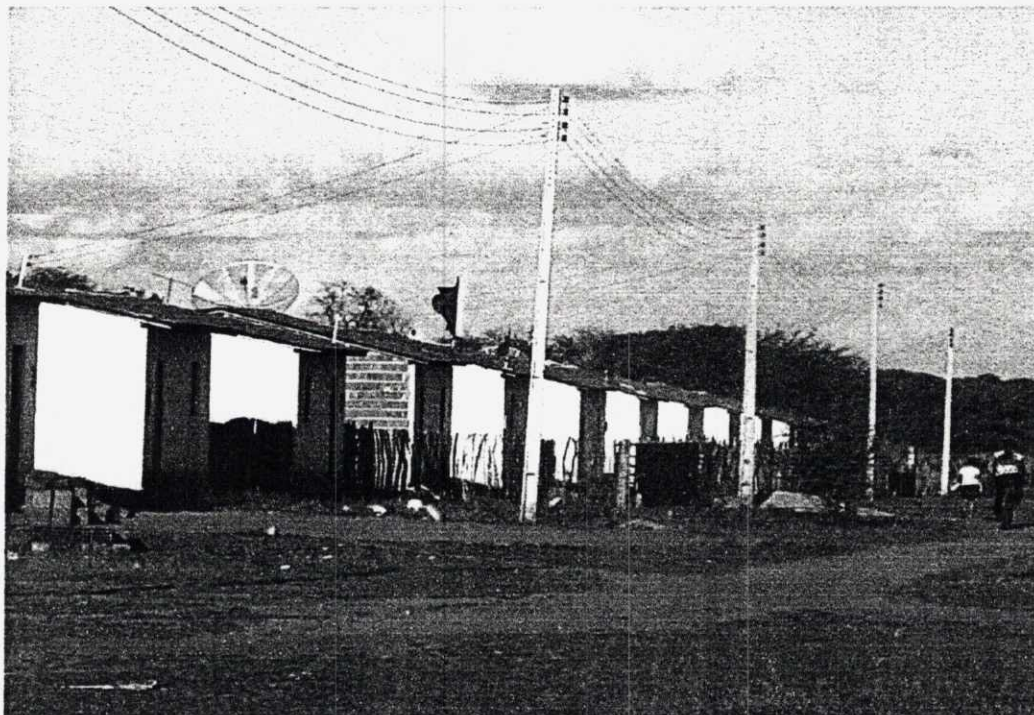


Figura 1. Visão geral do assentamento Zé Marcolino



Figura 2. Produção caprina do assentamento Zé Marcolino





Figura 3. Produção agrícola para o consumo familiar



Figura 4. Assentados no momento da entrevista coletiva